



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

ANDRÉA CARLA LOPES VIANA

**COMUNICAÇÃO POPULAR E TURISMO COMUNITÁRIO: CONEXÕES COM A
SUBJETIVIDADE SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE, EM PALMAS**

Palmas, TO

2024

Andréa Carla Lopes Viana

**Comunicação Popular e Turismo Comunitário:
conexões com a subjetividade social da Associação Água Doce, em Palmas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção de grau de Mestrado em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Campanha Demarchi
Coorientador: Prof. Dr. José Fernando Patiño Torres

Palmas, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- L864c Lopes Viana, Andréa Carla.
Comunicação Popular e Turismo Comunitário:: conexões com a
subjetividade social da Associação Água Doce, em Palmas. / Andréa Carla
Lopes Viana. – Palmas, TO, 2024.
80 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Comunicação e Sociedade, 2024.
Orientador: André Luis Campanha Demarchi
Coorientador: José Fernando Patiño Torres
1. Comunicação Popular. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. Subjetividade
Social. 4. Contranarrativas. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Andréa Carla Lopes Viana

Comunicação Popular e Turismo Comunitário:
conexões com a subjetividade social da Associação Água Doce, em Palmas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi avaliada para obtenção do título de Mestra em Comunicação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. André Luís Campanha Demarchi, Orientador PPGCOM/UFT

Prof. Dr. José Fernando Patiño Torres, CoorientadorUnB

Profa. Dra. Alice Agnes Espíndola Mota, ExaminadoraPPGCOM/UFT

Profa. Dra. Luciana Campolina, ExaminadoraUniceub

Dedico este trabalho aos meus pais, que não tiveram a chance de estudar, mas, se estivessem aqui hoje, certamente estariam radiantes pela minha conquista. Especialmente, à minha mãezinha, a quem tive o privilégio de cuidar e amar nos dois anos de mestrado, que também foram seus dois últimos anos nessa existência. Ao meu esposo e parceiro de vida, Cristiano, que trilhou o caminho do mestrado primeiro e que, mesmo nos momentos mais difíceis, esteve ao meu lado e me incentivou a continuar. À minha frutinha Cris, que agora segue sua própria jornada do conhecimento, a quem eu deixo como legado o exemplo de que o esforço vale à pena.

AGRADECIMENTOS

Apreendi com minha mãezinha que a gratidão é a moeda de todas as bênçãos. Então, não poderia deixar de agradecer, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida e pelas oportunidades que ela me trouxe para chegar até aqui;

Aos meus familiares, pela paciência e estímulo;

Aos professores das disciplinas, em especial, à professora Dra. Amanda Leite pelas partilhas do sensível que me inspiraram a criar caminhos próprios;

À competente e carinhosa secretária acadêmica, Rosana Moya, sempre atenta e disposta a nos auxiliar nos trâmites, prazos e outros regulamentos;

Ao professor Dr. José Fernando Patiño Torres, meu coorientador e amigo, que, mesmo à distância, jamais largou minha mão, conduzindo-me nos caminhos metodológicos como um guia experiente e cuidadoso faz;

Ao meu orientador e amigo, professor Dr. André Demarchi, minha imensa gratidão pela disposição em me acompanhar nessa jornada e abrir um mundo de possibilidades criativas e vivenciais de pesquisa;

Aos meus colegas da turma “superação PPGCOM 2022”, com os quais dividi momentos de angústia, de aprendizado, de celebrações, de referenciais teóricos, sempre torcendo uns pelos outros;

À Universidade Federal do Tocantins (UFT) e ao esforço empreendido pela coordenação do PPGCOM, exercida pela professora Dra. Cynthia Mara Miranda, em favor da manutenção e melhoria do programa;

Por fim, às pessoas lindas e amorosas que fazem parte da Associação Água Doce, por todo o trabalho de ativismo político, social e ambiental que embala a luta pelo direito de manter o *Território Sagrado* do Taquaruçu Grande livre da ameaça constante dos gananciosos devoradores do Cerrado. Gratidão imensa por me deixarem conhecer este modo de vida integrado ao *ambiente* e partilhar dos seus sonhos para garantir o futuro da humanidade.

RESUMO

Este estudo teve como foco central a Comunicação Popular e foi desenvolvido a partir de uma abordagem interdisciplinar, estrategicamente definida para compreender a complexidade dos processos subjetivos que atravessam o grupo social Associação Água Doce (AAD), no momento de implantação do Turismo de Base Comunitária em um território permeado por vulnerabilidades, lutas e relações de poder. Subsidiados pelo arcabouço da Teoria da Subjetividade (TS), da Epistemologia Qualitativa (EQ) e da Metodologia Construtivo-Interpretativa (MCI), realizamos construções de informação através de um diálogo profundo com a AAD e seus membros, e pudemos compreender as complexas interações entre a subjetividade individual e social, além da importância da comunidade, não apenas como um espaço geográfico delimitado, mas como uma rede de identidades, de ações conjuntas e de pertencimento. Por meio da comunicação dialógica, presente nos instrumentos da pesquisa, dinâmicas conversacionais, oficina de Etnomapeamento e oficina de Elaboração de Roteiros Turísticos, foi possível perceber a emergência da AAD como sujeito social, no momento em que demonstra sua capacidade de confrontar as propostas que considera predatórias ao seu território e cria novas possibilidades, propondo a implantação do TBC em seu território. Ficou evidente, ao longo do estudo, que a Comunicação Popular não se restringe ao âmbito midiático, mas abarca uma rede complexa de produção e de vinculação social. A pesquisa evidenciou também que a Comunicação Popular é catalisadora do engajamento comunitário. Esse engajamento reflete não apenas os valores da associação, mas também a importância de repensar o conceito de "atrativo turístico" em contextos de implantação do TBC, que priorizam a harmonia entre humanidade e natureza e a integração comunitária. Acreditamos que este trabalho contribui não apenas para a compreensão da subjetividade individual e social dos participantes da AAD, como também sugere um debate mais amplo sobre os desafios e oportunidades do desenvolvimento sustentável em contextos de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Tocantins. Comunicação Popular. TBC. Contranarrativas. Subjetividade Social.

RESUMEN

El enfoque central de este estudio fue la Comunicación Popular y se desarrolló a partir de una bordaje interdisciplinario, estratégicamente definido para comprender la complejidad de los procesos subjetivos que atraviesan al grupo social Associação Água Doce (AAD), en el momento de implementar el Turismo Comunitario (TC) en un territorio permeado por vulnerabilidades, luchas y relaciones de poder. Apoyados en el marco de la Teoría de la Subjetividad (TS), Epistemología Cualitativa (EQ) y Metodología Constructivo-Interpretativa (MCI), construimos información a través de un diálogo en profundidad con la AAD y sus miembros, y pudimos comprender las complejas interacciones entre la subjetividad individual y social, así como la importancia de la comunidad, no sólo como un espacio geográfico delimitado, sino como una red de identidades, acciones conjuntas y pertenencias. A través de la comunicación dialógica, presente en los instrumentos de investigación de la dinámica conversacional, el seminario de Etnomapeo y el seminario de Desarrollo de Rutas Turísticas, fue posible percibir la emergencia de la AAD como sujeto social, en el momento en que demuestra su capacidad de enfrentar las propuestas que considera depredadoras de su territorio y crea nuevas posibilidades al proponer la implantación de lo TC en su territorio. A lo largo del estudio quedó claro que la Comunicación Popular no se limita a la esfera mediática, sino que abarca una compleja red de producción y vínculos sociales. La investigación también demostró que la comunicación popular es un catalizador del compromiso de la comunidad. Este compromiso refleja no solo los valores de la asociación, sino también la importancia de repensar el concepto de "atracción turística" en los contextos de aplicación de lo TC, que dan prioridad a la armonía entre la humanidad y la naturaleza y a la integración de la comunidad. Creemos que este trabajo contribuye no sólo a comprender la subjetividad individual y social de los participantes en la AAD, sino que también sugere un debate más amplio sobre los retos y oportunidades del desarrollo sostenible en contextos comunitarios tradicionales.

Palabras clave: Tocantins. Comunicación Popular. TC. Contranarrativas. Subjetividad Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual do Lajeado.....	26
Figura 2 - Mapa da área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) com subzona de preservação dos mananciais	27
Figura 3 - Trilha conduzindo um grupo na propriedade de um participante.....	42
Figura 4 - Turma participante da oficina de Etnomapeamento: momento em que os participantes olham o território no mapa e identificam detalhes das propriedades.....	43
Figura 5 - Turma participante da oficina de Roteiros Turísticos: momento em que os participantes discutem os potenciais culturais e identificam oportunidades.....	43
Figura 6 - Foto dos participantes das oficinas em momento de confraternização.....	45
Figura 7 - Grupo em momento de descanso na trilha de um participante.....	56
Quadro 1 - Demonstrativo dos objetivos específicos e procedimentos metodológicos.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Associação Água Doce
APA	Área de Proteção Ambiental
APASL	Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EQ	Epistemologia Qualitativa
GP	Grupo de Pesquisa
MCI	Metodologia Construtivo-Interpretativa
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
Naturatins	Instituto Natureza do Tocantins
PEL	Parque Estadual do Lajeado
PPGCOMS	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TS	Teoria da Subjetividade
UC	Unidade de Conservação
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 BRIEFING DA PESQUISA	11
2 PREPARANDO O ROTEIRO	25
2.1 Localizadores da pesquisa.....	25
2.2 A paisagem do tema	31
3 FORMATAÇÃO DO DESTINO: OLHAR DE DENTRO	37
3.1 O valor heurístico da subjetividade e dos princípios da Epistemologia Qualitativa para a pesquisa.....	37
3.2 A construção do cenário social e os instrumentos da pesquisa.....	40
3.3 Os participantes da pesquisa	44
4 ABRINDO A TRILHA	47
5 COMPLETANDO A ROTA.....	60
GLOSSÁRIO	64
CURRÍCULO DOS GUIAS.....	65
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas	72
APÊNDICE B – Proposta de Oficinas.....	73
ANEXO A – Matérias veiculadas em portais de notícia local	75
ANEXO B – Imprensa regional demonstra a atuação da AAD	78

1BRIEFING DA PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido durante o mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOMS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no qual ingressei primeiramente como aluna especial da disciplina *Sujeito, Sociedade e Subjetividade*, ministrada pelo professor Dr. José Fernando Patiño Torres, que posteriormente se tornou meu coorientador.

Durante a disciplina, conheci a plataforma científica da Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa de González Rey, um sistema que integra teoria, epistemologia e metodologia. Esse sistema propõe um modelo de pesquisa que vai além da simples coleta de dados, pois enfatiza o envolvimento do pesquisador em processos reflexivos epistemológicos e teóricos, estimulando uma abordagem crítica e criativa na construção de informações.

Esse modelo de pesquisa me estimulou desde o início, pois acreditei que, a partir do estudo da subjetividade, seria possível promover uma abordagem mais rica e contextualizada para compreender os processos culturais e históricos que influenciam o desenvolvimento individual e social do grupo que escolhi estudar.

O problema de pesquisa está relacionado à implantação do Turismo de Base Comunitária (TBC) como proposta associativa do grupo social conhecido como Associação Água Doce - Movimento de Proteção do Taquaruçu Grande (AAD). Esse modelo de turismo busca envolver ativamente a comunidade local no planejamento, gestão e benefícios do turismo; promover a preservação do patrimônio cultural e natural; estimular o desenvolvimento econômico e sustentável do local e empoderar a comunidade para que seja parte integrante do processo. Essa abordagem rompe com o modelo de exploração capitalista do território, considerado sagrado para a comunidade. Também reflete uma forte crítica ao turismo de massa, que tende a sobrecarregar a infraestrutura local, degradar o meio ambiente e diluir a autenticidade cultural da comunidade situada no entorno do Parque Estadual do Lajeado (PEL).

A proposta de implantação do TBC é um desafio que exige um modelo de comunicação que promova a mobilização e o engajamento da comunidade. Assim, para embasar a discussão, utilizamos referenciais teóricos que vão além do midiacentrismo, destacando dinâmicas comunicativas de caráter vinculativo, como a Comunicação Popular. Essa prática envolve a troca de informações, saberes e valores entre membros de uma comunidade que se mobiliza para construir e gerir seus próprios meios de comunicação,

visando criar espaços de diálogo, participação, expressão e audição das pessoas, favorecendo a construção de identidades e projetos coletivos.

Logo de início, quero justificar as escolhas que fiz ao longo deste trabalho, de forma a manter o leitor informado das razões que me levaram a definir uma estética textual mais simples, evitando o uso de palavras rebuscadas e de difícil compreensão para as pessoas que não estão acostumadas com textos acadêmicos. Isso se deve ao fato do nosso interesse em divulgar este estudo para além da academia, disponibilizando os resultados da pesquisa para grupos de interesse nos temas estudados.

Igualmente, importa justificar a proposta de substituição dos termos usualmente utilizados para demarcar as seções estruturais da dissertação (introdução, capítulo teórico, capítulo metodológico, referências bibliográficas etc.) por termos ou jargões utilizados no turismo, os quais terão seus significados em um glossário, ao final deste documento. Esse formato objetiva conduzir o leitor ao universo envolvente da pesquisa, que será geralmente apresentado em primeira pessoa por esta pesquisadora, como se estivéssemos em uma guiada.

Sendo assim, esclareço ao leitor que, ao conduzir um grupo, o guia ou condutor inicia o passeio fazendo um *briefing* com orientações básicas e informações pertinentes acerca do que esperar do atrativo, como se proteger e evitar riscos, qual o percurso etc. Aqui não é diferente. Ao invés de abrir este trabalho com a tradicional 'INTRODUÇÃO' optei por fazer um *BRIEFING*, aventurando-me a partilhar algumas das minhas intenções, experiências, dores e referências de trabalhos que me inspiraram nesta jornada. Isso para que o leitor seja, de alguma forma, orientado e informado acerca do que virá à frente.

Podemos dizer que é inegável que a comunicação está presente em todas as áreas da sociedade contemporânea e desempenha um relevante papel em nossas vidas. Também é consenso no meio acadêmico que a Comunicação é um campo amplo, que atravessa e é atravessado por várias outras áreas do conhecimento. Segundo Braga (2004), os fenômenos da comunicação perpassam todas as Ciências Humanas e Sociais e, a depender de como se problematizam esses fenômenos, os conhecimentos pertinentes ao campo da comunicação são construídos.

Nesse sentido, consideramos que nem todo estudo cujo objeto empírico seja mídia ou os meios de comunicação possui como foco central os estudos comunicacionais. Por outro lado, as pesquisas focadas nos processos ou práticas comunicacionais produzem reflexões de muito interesse para as construções teóricas do campo da Comunicação (França, 2001). Assim, conhecer a gênese da comunicação e como ela se articula nos processos da vida

cotidiana, buscando compreender a sua função na organização de grupos sociais, motivou-nos a empreender esta investigação científica.

Nesse viés, apresento a problemática da pesquisa, surgida a partir da implantação do TBC como uma proposta associativa da AAD. Tal proposta requer engajamento e mobilização da comunidade, bem como um modelo de comunicação horizontal, vinculativa e participativa para sua consolidação. Ocorre que, mapeando as produções científicas sobre projetos de implantação de TBC no Brasil, das quais falaremos mais adiante, foi possível perceber que muitos projetos fracassam ou não atingem seus objetivos, às vezes por falta de engajamento ou por falhas na comunicação.

Sendo assim, delimitamos o foco da nossa pesquisa no campo da Comunicação, todavia não nos interessava simplesmente pesquisar a comunicação mediada pela tecnologia ou pelas mídias em geral. Ao invés disso, procuramos aportes teóricos capazes de nos fornecer subsídios para compreender que tipo de comunicação seria capaz de mobilizar uma comunidade gerando engajamento em propostas associativas que visam o bem-comum.

Os estudos nos levaram a uma subárea da Comunicação conhecida como Comunicação Popular, que também é conhecida como Comunicação Comunitária e Alternativa (Otre, 2015). É importante destacar que, em nossa revisão bibliográfica, a maioria dos autores utilizam os termos anteriormente apresentados como sinônimos. Contudo, Yamamoto (2008) entende que a Comunicação será Popular quando carregar a determinação da dialética social, isto é, a comunicação como proposta de ruptura à ordem capitalista.

Já Koslinski (2016) nos apresenta que a Comunicação Comunitária pode ser especificada pelas várias definições da palavra povo. Segundo a autora, “[...] é também conhecida como popular, alternativa, dialógica, horizontal e educativa [...]” (Koslinski, 2016, p. [4]). Também nos apresenta Peruzzo (2006; 2008) que a origem da Comunicação Popular (termo que decidimos adotar neste trabalho) vem dos movimentos sociais e surge no Brasil, principalmente, entre as décadas de 1970 e 1980, em resistência à ditadura militar.

Mergulhando um pouco mais nessa seara em busca de conceituação, topamos com a definição de Comunicação de Caráter Vinculativo dado por Dunley (2005) e também com o conceito de Comunidade Gerativa atribuído por Paiva (2004), sendo ambos muito valiosos para nossa compreensão acerca do tema central do trabalho.

Trago como campo de interface da pesquisa a área do Turismo, pelo lugar que ocupa na economia global e pelo ascendente crescimento no Tocantins, selecionando especificamente o Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário, ao qual darei

ênfase pela afinidade com a categoria da Comunicação Popular que escolhi estudar. Esclareço que este projeto nos despertou interesse quanto à vizinhança conceitual na confluência dos temas e também na articulação destes temas com a proposta metodológica de González Rey, que nos proporciona subsídios tanto em termos teóricos e ontológicos, quanto de natureza epistemológica para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, sobretudo quando envolve estudos com comunidades.

Quanto à escolha do caminho metodológico, preciso destacar que não foi tarefa fácil romper com os tradicionais modelos geralmente adotados para estudos em Comunicação. Nós, jornalistas, aprendemos na graduação muito mais sobre técnicas e ferramentas, meios e mídias do que necessariamente sobre teoria e subjetividades. Somos treinados para ser objetivos e, por vezes, acabamos sendo reducionistas em nossos textos e falas, pois é este modelo (americano) de informação que impera no Brasil desde os primeiros cursos de jornalismo implantados na década de 1940. Porém, na pós-graduação, entendo ser imperativa a necessidade de aprofundamento nas reflexões teóricas, nas análises e na compreensão das subjetividades que envolvem todo processo de construção de uma informação, sobretudo quando trabalhamos com comunidades ou pesquisamos grupos sociais.

Dito isso, justifico minha escolha particular de utilizar, neste estudo, uma plataforma científica que, em termos teóricos e ontológicos, nos proporciona categorias da Teoria da Subjetividade para entender como fenômenos dos grupos se configuram nas experiências simbólico-emocionais das pessoas e nos espaços sociais em que elas habitam. O que nos permite não só descrever os processos, mas também explicar como eles operam e como eles vão se configurando ao longo da pesquisa. Em termos epistemológicos, destacamos a contribuição dos três princípios da Epistemologia Qualitativa: a singularidade, a metodologia construtivo-interpretativa e a dialogicidade (Patiño Torres, 2022).

Também não poderia deixar de destacar que muitas reflexões encontradas neste estudo se devem à minha participação nas atividades e na própria formalização do Grupo de Pesquisa (GP) em Contranarrativas, que é coordenado pelo professor Dr. André Demarchi, orientador deste trabalho. O referido GP foi criado com o objetivo de promover diálogos com autores e produzir artigos e trabalhos acadêmicos com essa temática. A experiência nos deu oportunidade de conhecer estudos que dialogam com nossas referências por meio das três linhas de pesquisa: 1) Narrativa, cultura e território; 2) Comunicação, diversidade e alteridade; 3) Arte, cultura e subjetividade.

Como resultado desses estudos, gostaria de destacar algumas valiosas contribuições de

pensadores contemporâneos como o sociólogo, filósofo e antropólogo Bruno Latour, em sua abordagem crítica sobre a interação entre a sociedade e o meio ambiente e o Antropoceno, termo usado para descrever uma nova (e atual) era geológica em que as atividades humanas estão impactando os sistemas naturais da Terra.

Acrescento também, como destaque, as reflexões de autores indígenas como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, que pensam sobre a integração entre humanidade e natureza, por meio de uma perspectiva de valorização do conhecimento tradicional, do respeito à diversidade, da conexão espiritual com o ambiente natural e da cultura. Essas ideias estão presentes nesta pesquisa e nos convidam a refletir sobre a urgência de adotarmos práticas mais sustentáveis e éticas em relação ao meio ambiente, reconhecendo a importância de preservarmos a diversidade cultural e biológica do planeta para as gerações futuras.

As reflexões da antropologia foram realmente inspiradoras. Seus fundamentos teóricos contribuíram com a noção de território, não somente como espaço físico, mas como lugar gerador de sentidos, como ambiente, com toda a potência ético-moral-político-cultural que dele emana (Latour, 2020; Souza, 2020). Arrisco dizer que, sem estes apontamentos, não seria possível fazer uma conexão verdadeira com o grupo da Associação Água Doce e nem sequer começar a entender o modelo de comunicação tão peculiar produzido por seus integrantes, que são ativistas engajados em suas causas.

Esse grupo social, que vamos identificar como unidade de análise (e não objeto empírico!), chama-se Associação Água Doce - Movimento de Proteção Taquaruçu Grande (AAD). É uma entidade formada por chacareiros, moradores e comerciantes situados nas adjacências do Parque Estadual da Serra do Lajeado. A entidade foi criada em dezembro de 2013 com intuito de ativar um movimento de proteção ambiental das nascentes e da sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu Grande, localizado em Palmas, entre a Serra do Lajeado e o rio Tocantins, que foi represado e formou o lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, no estado do Tocantins. Além disso, também consta nos objetivos estatutários o fomento às atividades produtivas sustentáveis, como a coleta e processamento de frutos do Cerrado e a produção de alimentos orgânicos.

Ocorre que, apesar do registro de conquistas do grupo, obtidas na parte ambiental, como o controle de queimadas e preservação das matas ciliares da região, a produção de alimentos tem se tornado cada vez mais difícil, seja por falta de estrutura (maquinários e insumos), seja por acompanhamento técnico profissional, que apesar de ser obrigação dos governos estadual e municipal, nunca chegam a tempo, situação que muitas vezes obriga o

chacareiro a vender ou subdividir a sua propriedade e buscar empregos na cidade.

Minha relação com o grupo estudado não é algo recente; ela teve início antes do meu ingresso no mestrado e do surgimento da pandemia de Covid 19. Compartilhamos interesses recíprocos no que tange ao meio ambiente e às atividades turísticas sustentáveis. Por conseguinte, é seguro afirmar que esse grupo social, além de ser juridicamente constituído como uma entidade sem fins lucrativos, ou seja, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), também se caracteriza como uma comunidade, tendo em vista as vinculações afetivas, os interesses compartilhados e o sentimento de pertencimento que o permeia (Peruzzo; Volpato, 2009). Esses aspectos estão intrinsecamente ligados à subjetividade individual dos participantes e à subjetividade social do grupo, conforme será discutido ao longo dos capítulos desta dissertação.

Embora a pesquisa de campo propriamente dita tenha acontecido somente após a aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), é bom esclarecer que costume frequentar os espaços relacionais da comunidade e, na qualidade de Condutora Local de Turismo, levo grupos de turistas para visitar algumas propriedades de associados da AAD com certa frequência. Essa condição, acredito, foi um ponto positivo para o desenvolvimento da pesquisa construtivo-participativa que propus, pois a construção do seu cenário social já estava em curso, mesmo antes do trabalho de campo.

No início, ainda elaborando a proposta de pesquisa, em conversas travadas de maneira informal com alguns membros da AAD, soube que muitos têm buscado alternativas para a geração de renda de forma contínua e sustentável, conciliando os objetivos ambientais da entidade com a necessidade de fortalecer a capacidade produtiva e manter as propriedades. Uma das alternativas vislumbradas por eles foi a implantação do Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário. Assim, o desafio que dá contorno ao estudo é a implantação do TBC como uma proposta alternativa ao turismo de massa no território.

Para fundamentar melhor o problema da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica na modalidade estado da arte a fim de mapear alguns estudos de caso sobre a implantação de propostas de TBC em comunidades no Brasil e em outros países da América Latina. Esses estudos nos mostraram que, entre as maiores dificuldades encontradas para implantar o TBC, se destacam a desarticulação das comunidades, a dependência de agentes exógenos ou atravessadores e as falhas na comunicação. A partir desses fatores, nossa primeira conjectura foi de que a Comunicação Comunitária Popular, em seu caráter participativo e vinculativo, poderia ser a chave para dirimir alguns desses problemas.

Esse foi o ponto de partida para a construção dos objetivos da pesquisa, porém, em nosso mapeamento dos estudos de caso de implantação do TBC, não encontramos essa modalidade de comunicação como foco da investigação, o que por um lado tornou nossa pesquisa relevante, mas por outro nos deixou com poucas referências diretamente relacionadas ao cruzamento dos nossos temas. No entanto, Barreto (2022) aponta que a comunicação sempre foi parte do processo mobilizador, seja ela no sentido informativo, de divulgação ou na expressão de reivindicações de um grupo. A autora observa ainda que, atualmente, a Comunicação Popular, por meio dos movimentos sociais, está a serviço da democracia como um instrumento de cidadania, justiça social e de participação popular. Isso permite que os indivíduos ocupem novos espaços de informação e sejam protagonistas de suas histórias e lutas, tendo como ferramenta importante as tecnologias digitais.

Identifiquei, então, a forte ligação do grupo social AAD com o território e as lutas empreendidas para defendê-lo. Esses elementos instigaram-me a pensar as experiências vivenciadas também enquanto vulnerabilidades, narrativas e acontecimentos do “lugar epistemológico” (Demarchi, 2022), pensando o Cerrado tocantinense nessa perspectiva, inserido e parte da Amazônia Legal.

Nessa trilha de pensamento, cruzamos com a dimensão ontológica de vulnerabilidade, descrita por Leal (2020), que a entende como um fenômeno a ser descrito acerca do que precariza as vidas de grupos e indivíduos, bem como sua dimensão política, entendida como a atitude de combate a essas condições. Nesse enlace de ideias, chamo atenção à própria história da AAD, a forma como se organiza e as práticas comunicacionais, observadas, a princípio, por meio de matérias veiculadas em portais de notícia local (Anexo A) e pela minha convivência com seus membros ao longo dos últimos quatro anos. Isso nos permitiu conjecturar que há resistência e combate às condições prejudiciais ao modelo de vida que a comunidade almeja. Nesse ponto, justifica-se o destaque do caminho metodológico proposto pela plataforma científica da Teoria da Subjetividade (TS) e da Epistemologia Qualitativa (EQ) de González Rey, que nos ajudou a produzir as valiosas reflexões que apresentamos neste trabalho.

Trilhar o desconhecido é sempre arriscado, pois não se sabe se ao final haverá algo de relevante a ser apresentado, contudo, é característica da jornada científica a pretensão de desbravar o que ainda não se conhece. Neste estudo, não nos interessava apenas descrever os fenômenos sociais pelo viés da comunicação, mas também pretendíamos compreender se a AAD se posiciona como sujeito social (Mitjans Martínez; González Rey, 2017), quais

configurações subjetivas compõem a subjetividade social, qual a gênese da comunicação do grupo e sua conexão com a subjetividade social da associação.

As questões apresentadas até aqui serão tratadas ao longo da dissertação. O segundo capítulo, intitulado *Preparando o Roteiro*, está subdividido em *Localizadores da Pesquisa* e *A Paisagem do Tema*. Nessa parte, o leitor encontrará informações sobre a AAD e suas práticas comunicacionais e a contribuição teórica sobre vulnerabilidades, resistência (Brum, 2021; Krenak, 2019; Leal, 2020; Milhomens, 2021), lugar, ambiente e mudanças climáticas (Latour, 2020; Souza, 2020), contranarrativas (Demarchi, 2020), interdisciplinaridade (Calhoun, 2012; França, 2001), Comunicação como ciência tardia (Martino, 2008; Signates, 2018), comunicação dialógica (Patiño Torres, 2022), Comunicação Popular (Barreto, 2022; Dunley, 2005; Koslinski, 2016; Peruzzo, 2008; 2009; 2013; Volpato, 2014; Yamamoto, 2008) e Comunidade Gerativa (Paiva, 2004), a partir dos quais dialogamos para o desenvolvimento das reflexões centrais da nossa proposta.

Todo o percurso metodológico foi registrado no terceiro capítulo deste trabalho intitulado *Formatação do Destino: olhar de dentro*. Nessa seção são apresentados os conceitos teóricos de subjetividade, de configurações subjetivas e de sentidos subjetivos. Nesse capítulo, apresentamos também os três princípios da Epistemologia Qualitativa e as informações sobre a construção do cenário social, dos instrumentos da pesquisa e o perfil dos participantes.

Para nos ajudar nesta jornada, adotamos como plataforma científica a Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa de González Rey, a partir da qual a comunicação e os processos comunicativos têm um importante papel como bases geradoras de sentidos e configurações subjetivas.

Nessa vertente, adotamos então o caminho da comunicação dialógica, configurada como uma unidade teórico-epistemológica-metodológica (Patiño Torres, 2022), cujos conceitos retomaremos mais tarde. Nessa modalidade de pesquisa, o diálogo é um processo contínuo e é por meio dele que os participantes ganham novas possibilidades para se expressar, o que favorece a emergência da subjetividade, sendo esta essencial para a qualidade das informações. Assim, o diálogo não é apenas um procedimento ou um recurso, mas um processo vivo e contraditório essencial para a construção da informação, que, neste trabalho, ocupa lugar de relevância e nos permite avançar nos estudos da subjetividade tomando a comunicação, especificamente a categoria Comunicação Popular, como campo e os processos comunicacionais como instrumentos de subjetivação.

Importa citar que os aspectos histórico-culturais estão fortemente presentes na convergência dos campos a serem estudados, especificamente nas categorias escolhidas: Comunicação Popular e Turismo de Base Comunitária. Nesse caminho, “a subjetividade é um sistema simbólico-emocional orientado a uma realidade peculiarmente humana, sendo a cultura a condição para seu desenvolvimento” (Mitjans Martínez; González Rey, 2017, p. [46]). Isso quer dizer que, nessa perspectiva, a história e a cultura são a gênese dos processos subjetivos. Dessa forma, o desenvolvimento de saberes sobre a subjetividade supõe entender a origem do funcionamento das configurações subjetivas que ocorrem durante um processo social em movimento.

Assim, reconhecemos a singularidade das produções subjetivas individuais e do grupo social AAD, pois adotamos como referência o pensamento de González Rey (2012) de que a subjetividade social é um sistema diverso, em processo, organizado em diferentes camadas de subjetivação, as quais se relacionam entre si e se configuram umas nas outras em distintos cenários e práticas sociais. Em outras palavras, as produções subjetivas do grupo são constituídas por configurações subjetivas próprias (grupais e individuais), atravessadas constantemente umas pelas outras.

As configurações subjetivas podem ser, por exemplo, uma (ou várias) filosofia(s), aspectos da religiosidade, mitos, histórias, modos de vida, aspectos éticos, morais, ideológicos e até comunicacionais. Mergulhamos no campo com o intuito de compreender as subjetividades individuais dos participantes e a relação delas com os valores coletivos da AAD. Também buscamos conhecer as configurações subjetivas que perpassam a subjetividade social da associação e compreender a sua relação com o envolvimento comunitário e, a partir dos processos comunicacionais, perceber a emergência do sujeito social e a forma como a comunicação popular favorece a implantação do Turismo Comunitário.

É bom deixar claro que as configurações subjetivas foram construídas interpretativamente no decorrer da pesquisa, à medida que a relação entre pesquisadora e participantes se desenvolvia, permitindo a geração de novas inteligibilidades teóricas sobre o problema estudado (Mitjans Martínez; González Rey, 2017). Assim, os instrumentos que empregamos para a construção das informações foram utilizados primeiramente de forma individual (em dinâmicas conversacionais com os participantes) e depois coletivamente (durante as oficinas de Etnomapeamento e Elaboração de Roteiros Turísticos), sendo as oficinas planejadas de forma a promover o momento de trocas de experiências, que

contribuíram para a ampliação do cenário social da pesquisa e, conseqüentemente, para a produção de sentidos subjetivos entre os participantes.

Para entender melhor a temática e a interseção dos dois campos (Turismo de Base comunitária e Comunicação Popular) realizei previamente uma revisão bibliográfica na modalidade estado da arte para mapear a produção científica nas últimas duas décadas, período em que o TBC passou a ser mais discutido no Brasil. O estudo apontou a existência de agentes exógenos atuando nas comunidades, o que, segundo Sampaio e Coriolano (2009), não implicaria necessariamente numa perda de autonomia, mas sim de importante apoio para criação de estratégia de viabilização da economia solidária, fornecendo capacitação e ações educativas junto à comunidade. Nesse ponto, discordamos dos autores, pois entendemos que, a depender da maneira como a proposta for implantada, poderá sim haver perda de autonomia da comunidade.

Na revisão, percebemos ainda que o TBC é defendido também como uma Inovação Social (Gómez *et al.*, 2015; Pinheiro, 2018), já que está direcionado para o desenvolvimento local sustentável, sendo “[...] a inovação social um desdobramento macro desse desenvolvimento, enquanto que o TBC é um desdobramento micro da inovação social” (Gómez *et al.*, 2015, p. 1223). Porém, para que seja implantado numa localidade como Inovação Social, essa modalidade de turismo necessita da participação da comunidade e isso exige conhecimento e, principalmente, engajamento.

Então, é preciso compreender que o TBC não é simplesmente uma nova tipologia de atividade econômica, tal como as muitas já existentes que priorizam a qualquer custo à geração de trabalho e renda, mas uma forma de preservar os valores socioculturais da comunidade e a biodiversidade local, oferecendo aos visitantes o turismo de experiência, cujo modelo privilegia a vivência do turista com o modo de vida da comunidade, tais como o plantio, a pesca, a participação em cerimônias ou rituais, a hospedagem na casa dos moradores da região (Sampaio, 2008; Sampaio; Coriolano, 2009). Essa modalidade é entendida também pelos autores citados como uma estratégia de comunicação social para comunidades tradicionais.

Ainda na visão de Sampaio e Coriolano (2009), o turismo comunitário é pensado como proposta de desenvolvimento territorial sustentável e, na atividade turística, como um subsistema interconectado com outros subsistemas como a educação, a saúde, a cultura e o meio ambiente. Em seu estudo sobre o turismo comunitário na América Latina, os autores apontam a forte presença de organizações não governamentais (ONGs) e universidades que

apoiam as iniciativas, bem como de uma rede de atravessadores que comercializam bens, serviços e saberes da economia comunitária.

Em outro estudo, Maldonado (2009) apresenta que as ONGs ambientais encorajam as comunidades a receber turistas em seus territórios por considerarem uma opção viável para a preservação de seus recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local. Algumas autoridades públicas e empresas privadas, e até bancos, incentivam também a “exploração” das atividades turísticas comunitárias por entenderem que elas contribuem para a diversificação da oferta nacional e são consistentes com as novas correntes da demanda internacional. Dessa forma, para o autor, o desafio das comunidades rurais da América Latina consiste na criação de meios e pressão política que lhes permitam incidir a seu favor as decisões econômicas e institucionais que afetam suas condições de vida e o bem-estar das comunidades (Maldonado, 2009).

No entanto, algumas experiências relatadas nos estudos demonstraram que, depois de algum tempo, os agentes exógenos (ONGs, Universidades, sistema ‘S’ etc.) ainda não haviam criado condições para que a comunidade pudesse gerir a atividade em seu território de forma autônoma (Assis; Peixoto, 2019) ou que, após a saída dessas instituições, poucos projetos sobreviveram, devido a problemas como o “despreparo da população, a ausência de profissionalismo, inexistência de ferramentas de gestão e, principalmente, falta de informação e falhas na comunicação” (Graciano; Holanda, 2020).

Alguns desses resultados nos pareceram superficiais, talvez analisados a partir de propostas instrumentalistas de aplicação externa, introjetadas nas comunidades de fora para dentro, sem que se tenha promovido o real engajamento comunitário ou a devida oitiva das demandas e interesses das pessoas impactadas pelos projetos.

Convém assinalar que a Comunicação Popular é ferramenta importante e indispensável no processo de consolidação do TBC, já que a atividade turística é, em sua maior parte, desenvolvida e operada pela própria população local, princípio que garante a sustentabilidade econômica e faz com que os recursos provenientes do turismo se revertam em benefícios diretos para a comunidade (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Peruzzo (2013, p. 2) diz que “a Comunicação Comunitária gera processos cooperativos de organização e se pauta por transmitir conteúdos info-comunicativos tratados de maneira diversa daqueles que circulam nos massmedia tradicionais”. Sendo assim, um dos questionamentos que nos atravessa é: Tendo em vista as dificuldades que outras comunidades da América Latina enfrentam para manter os projetos de TBC, principalmente após a saída

dos agentes exógenos das comunidades, de que forma a Comunicação Popular poderia atuar na implantação da proposta de TBC e qual a sua conexão com a subjetividade social da Associação Água Doce, em Palmas?

Esse questionamento nos motivou a realizar uma pesquisa mais aprofundada, que nos possibilitasse compreender a origem das configurações subjetivas e das subjetividades individuais e sociais que foram emergindo durante as interações dialógicas. Essa compreensão foi fundamental para nosso entendimento relacionado aos valores coletivos da AAD, ao envolvimento comunitário no processo de implantação do TBC e também à forma como a comunicação popular favorece a proposta associativa.

As reflexões relacionadas à ligação afetiva da comunidade com o território, bem como as produções subjetivas individuais dos participantes, o entrelaçamento delas com os valores da AAD, a Comunicação Popular, no contexto da implantação do TBC, e a conexão dos temas com a subjetividade social do grupo compõem o quarto e último capítulo da dissertação, intitulado *Abrindo a Trilha*.

Nessa parte do trabalho dissertativo, a partir das configurações subjetivas dos indivíduos e do grupo, geramos os indicadores, que são portadores de inteligibilidade que subsidiaram a construção teórica de hipóteses, sobre as quais construímos interpretativamente as informações sobre a subjetividade individual dos participantes e a subjetividade social da AAD.

Desde o início da nossa pesquisa, era-nos cara a ideia de aprofundar a compreensão sobre os processos comunicacionais do grupo, objetivando de modo geral **compreender de que forma a Comunicação Popular atua na implantação da proposta de TBC e qual a sua conexão com a subjetividade social da AAD**.

Assim, com base nos objetivos específicos da pesquisa criamos os procedimentos metodológicos, apresentados no Quadro 1.

Entendemos que a abordagem da comunicação dialógica, em contraste com métodos tradicionais, como questionários pré-elaborados ou entrevistas semiestruturadas, permite uma compreensão mais profunda dos processos de comunicação em contextos sociais comunitários. Em vez de respostas padronizadas, os diálogos favorecem as produções subjetivas dos participantes, fornecendo *insights* valiosos para pesquisas mais aprofundadas. Além disso, essa metodologia possibilita, em alguns casos, a emergência do sujeito, permitindo que indivíduos ou grupos encontrem alternativas para resistir ou enfrentar sistemas sociais dominantes.

Quadro 1 - Demonstrativo dos objetivos específicos e procedimentos metodológicos

Objetivos Específicos	Procedimentos Metodológicos
1 - Analisar a subjetividade individual dos participantes em relação com os valores coletivos da AAD.	Realização de dinâmicas conversacionais com os participantes, trilhas, visitas nas propriedades e participação em eventos, reuniões e confraternizações do grupo; identificação das configurações subjetivas individuais e mapeamento das potencialidades e iniciativas turísticas entre os membros da Associação Água Doce.
2 - Compreender a subjetividade social da Associação Água Doce suas configurações subjetivas e sua relação com o envolvimento comunitário.	Busca de informações disponíveis em <i>sites</i> de notícias e documentos abertos da Associação Água Doce; elaboração de um panorama sobre o grupo social e suas práticas comunicativas. Após, sempre subsidiados pelas dinâmicas conversacionais com os participantes, elaboração e realização de duas oficinas para os membros da associação que tiveram interesse.
3 - Analisar os processos comunicacionais, a emergência do sujeito social e a forma como eles favorecem a implantação do Turismo Comunitário.	Análise e interpretação dos registros da pesquisa de campo, buscando identificar os elementos que representam as configurações subjetivas que compõem a subjetividade social do grupo, observando e registrando de que forma a comunicação popular atua no processo de implantação do TBC.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em outro estudo já publicado, apresentamos o valor heurístico da comunicação dialógica e as principais possibilidades da Metodologia Construtivo-Participativa:

- a) visualizar a singularidade dos processos comunicacionais dentro dos sistemas sociais humanos;
- b) perceber a produção subjetiva dos participantes, que emergem no decorrer dos diálogos ao invés de respostas prontas, que não dariam conta de uma pesquisa mais aprofundada;
- c) permitir, em alguns casos, a emergência do sujeito, ou seja, que as pessoas ou grupos humanos, coletivos familiares, etc., criem, nos processos de subjetivação, caminhos alternativos para resistir ou enfrentar situações graves ou sistemas sociais dominantes, que impedem os processos de singularização humana (Lopes; Viana; PatiñoTorres, 2022, p.77).

Para encerrar este *briefing* acrescento que, tanto a Epistemologia Qualitativa quanto a Etnografia (metodologias que nos inspiram), recomendam o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participantes para que o processo de construção da informação (e não coleta de dados) leve o pesquisador a uma inteligibilidade dos significados formulados no curso da pesquisa. Assim, contamos com as contribuições desta honrada banca para

seguirmos para a publicação e, (quem sabe?), para a formulação de uma proposta de doutorado.

2 PREPARANDO O ROTEIRO

Nossa aventura acadêmica começa situando o leitor no ambiente que envolve o tema escolhido e também a unidade de análise desta pesquisa: a Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande (AAD). É nossa intenção que, ao adentrarmos no tema propriamente dito, o leitor tenha subsídios para compreender em que contexto nossa unidade de análise está inserida e que conheça um pouco de seu histórico de ativismo político-ambiental.

Ao adotarmos a plataforma teórica-epistemológica-metodológica de González Rey como referência, optamos por nos distanciar dos modelos de pesquisa positivistas e estruturalistas que empregam métodos mais rígidos, baseados em fórmulas predefinidas e replicáveis. Dessa forma, justificamos a preferência pelo termo "unidade de análise" em detrimento de "objeto empírico", uma escolha menos comum nas pesquisas em Comunicação.

2.1 Localizadores da pesquisa

Palmas é a capital do estado do Tocantins, localizado na região norte do Brasil. Esse estado faz fronteira com os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará. O bioma Cerrado cobre 90% do seu território e é caracterizado por uma vegetação composta por savanas e florestas de galeria. Além disso, o Tocantins faz parte da Amazônia Legal, uma área definida pelo governo brasileiro que inclui nove estados, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e sustentável da região amazônica.

A Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande (AAD) foi criada em 2013 e teve seu registro formalizado em 2014. Os membros da associação são chacareiros, comerciantes e moradores das adjacências da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) e do Parque Estadual do Lajeado (PEL), em uma região também conhecida como Taquaruçu Grande. Um dos principais objetivos da entidade é a defesa e proteção das nascentes e da bacia do Ribeirão Taquaruçu, responsável por cerca de 70% do abastecimento de água potável de Palmas.

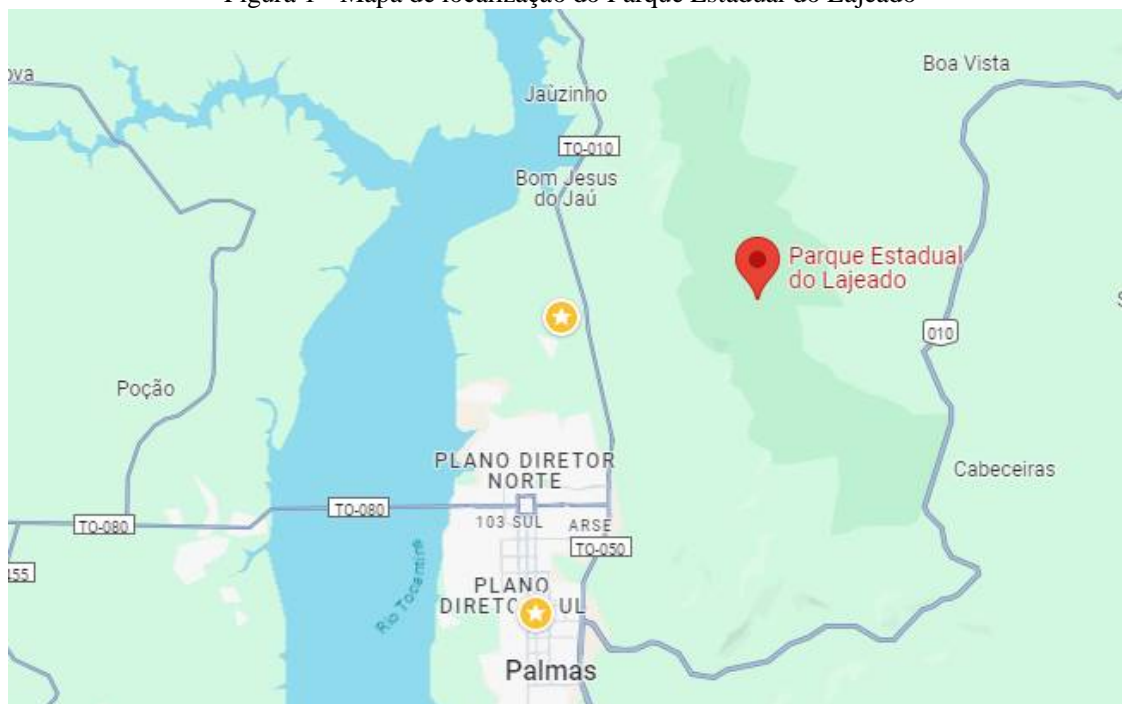
A APASL foi criada um pouco depois do início das construções de Palmas, por meio da Lei nº 906, de 20 de maio de 1997. Sua criação teve como foco a proteção aos seus relevantes ecossistemas e da rica biodiversidade e entre seus objetivos consta a necessidade de resguardar os mananciais que ali nascem e que atualmente abastecem a cidade de Palmas e,

ainda, o propósito de ordenar a expansão urbana e o uso do solo da região (Tocantins, 1997).

Alguns anos depois, dentro do território da APASL, foi criado o Parque Estadual do Lajeado (PEL). O Parque está situado nas proximidades de Palmas-Tocantins, estendendo-se até o município de Lajeado. Foi criado em 2001, por meio da Lei nº 1.224/2001 e possui uma área de quase 10 mil hectares (Instituto Socioambiental, [200-]). A gestão do parque é feita pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), órgão da administração pública tocantinense. O artigo 1º da lei dispõe o seguinte: “É criado o Parque Estadual do Lajeado destinado a proteger a fauna, a flora e os recursos naturais, em ordem a garantir o aproveitamento sustentado do potencial turístico” (Tocantins, 2001, p. 1).

Assim como toda unidade de conservação, o PEL (Figura 1) é protegido por Lei e cabe ao governo a fiscalização e monitoramento de todo o território demarcado. Ressaltamos que grande parte da área dessa unidade de conservação (UC) está localizada muito próxima do centro urbano de Palmas, logo, o acesso ao parque e suas adjacências é bastante facilitado.

Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual do Lajeado

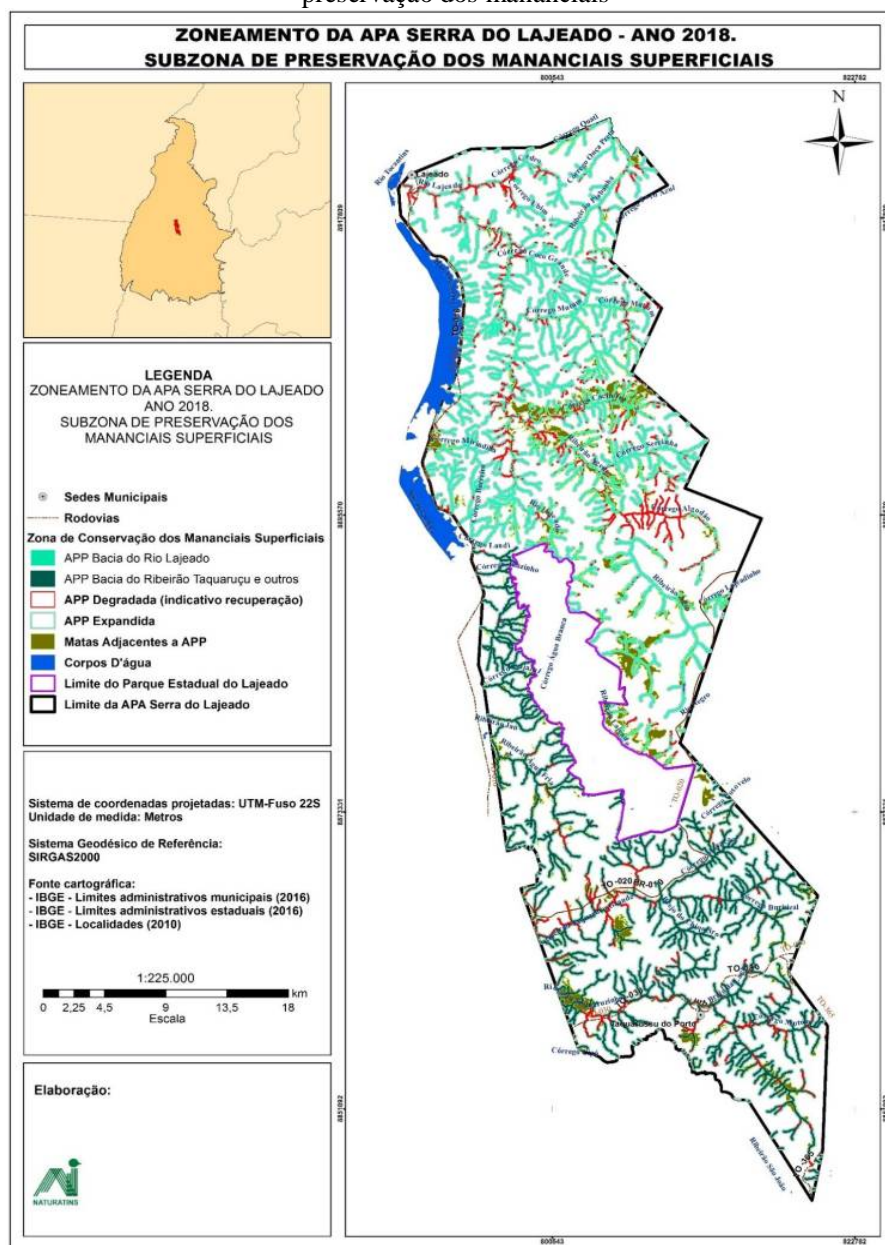


Fonte: Google Maps - Parque Estadual do Lajeado ([2024])¹.

¹ Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/Parque+Estadual+do+Lajeado+-+Rodovia+TO+020+Km+24+Zona+Rural,+Palmas+-+TO,+77000-000/@-10.102107,-48.2830004,13z/data=!3m1!4m1!4m1!2m1!1m1!1s0x9324d1ec5b0203ad:0x312b239ffc6032ce!2m2!1d-48.2418003!2d-10.1021941!1m5!1m1!1s0x9324d1ec5b0203ad:0x312b239ffc6032ce!2m2!1d-48.2418003!2d-10.1021941?authuser=0>. Acesso em: 15 out. 2021.

Tanto o PEL quanto a APASL são UCs de vital importância para a conservação da biodiversidade do cerrado, além dos aspectos históricos e culturais e dos diversos sítios arqueológicos. Além disso, a área dessas UCs guarda sua maior riqueza no sistema hidrológico (Figura 2), considerado estratégico em qualquer aspecto para a sobrevivência da vida na Terra.

Figura 2 - Mapa da área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) com subzona de preservação dos mananciais



Fonte: Tocantins (2019).

Se por um lado a proximidade do parque é benéfica para a população, pois o torna acessível, por outro lado os impactos causados por essa proximidade são reais e perceptíveis. Em *site* administrado pelo Governo do Tocantins (Tocantins, [200-]), consta informações gerais sobre o parque, inclusive as atividades conflitantes, como bovinocultura, invasão, caça, coleta, fogo e expansão urbana. No portal, também, encontram-se disponíveis os relatórios de incêndios florestais e planos de manejo do fogo. Os dados estão desatualizados (até 2019) e incompletos, mas fica claro que o objetivo principal do PEL é:

proteger amostras dos ecossistemas da Serra do Lajeado, assegurando a preservação de sua flora, fauna e demais recursos naturais, características geológicas, geomorfológicas, e cênicas, proporcionando oportunidades controladas para visitação, educação e pesquisa científica. Também tem a finalidade de proteger os mananciais que abastecem a cidade e coibir a expansão urbana nas encostas. (Tocantins, [200-], não paginado).

No entanto, assim como ocorre em outros locais da Amazônia, o aparato de fiscalização dos órgãos de controle é deficiente e insuficiente para coibir e combater o desmatamento, as queimadas, a extração ilegal de madeira, as construções em áreas inapropriadas, a contaminação das águas de nascentes e mananciais entre outros. Diante dessa situação de precariedade do aparato público, é comum o levante das comunidades, ainda que fragilizadas, na defesa de seus direitos. A exemplo disso, Milhomens (2021) aponta que o processo histórico de exploração da Amazônia (ou das Amazônias) resultou na eclosão de uma série de movimentos sociais, que fazem uso de um novo formato de articulações coletivas chamado de redes de mobilização, cujos atores sociais se inter-relacionam em busca de um objetivo comum, mediados por ferramentas comunicacionais e tecnológicas.

Nesse sentido, Peruzzo (2013) afirma que a comunicação faz parte da mobilização dos movimentos sociais em toda a história e em conformidade com níveis de consciência, capacidade de articulação social e dos recursos de cada época. Ela deixa claro que o empoderamento dos processos comunicacionais autônomos tem sido percebido como uma necessidade dinâmica de mobilização e organização popular.

Partindo desse ponto, pensamos nossa unidade de análise, ou seja, a AAD, inserida em um território cuja localização espacial está permeada por relações de poder e de lutas, mas, principalmente, por uma trama de tecidos das identidades socioespaciais (referente ao sentido de lugar), que, segundo Souza (2020, p. 9), são elementos indispensáveis para que compreendamos as disputas em torno de localizações específicas, direitos de permanência e acesso a recursos. Também concordamos que o contexto sacionatural (o ambiente) nos

fornece a chave para entendermos os fatores de enraizamento social e cultural em um determinado espaço.

Ainda nessa vertente, resgatamos a noção de “lugar epistêmico”, empregado por Demarchi (2022) ao falar da Amazônia, como um lugar de pensamento e produção, um lugar repleto de conhecimento, que significa bem mais que um mero *habitat* para as populações tradicionais. Esse conceito está situado na compreensão de que a Amazônia – e aqui incluo a parte do Cerrado que pertence à Amazônia Legal – foi continuamente fabricada (e protegida) pelos povos tradicionais que nela habitam. É esse referencial de integração/interação social-cultural-natural que adotamos como “ambiente” nesta pesquisa.

É certo dizer que o mundo em que vivemos hoje não é o mesmo de duas a três décadas atrás, e que nossa geração (quem nasceu antes da década de 1990) observa essa transformação como espectadores/participantes, os quais possuem um pé no “Antigo Regime” – tempo em que a natureza era separada da política e até das ciências – e outro no “Novo Regime” – momento em que as questões climáticas são inseridas na política (Latour, 2020). Segundo o autor, a mudança entre esses dois regimes revela uma “profunda mutação da nossa relação com o mundo” (Latour, 2020, p. 20). Ele quer dizer que, a partir dessa mudança, passamos a conviver diariamente com as mais variadas realidades e abordagens sobre as mudanças climáticas e suas consequências desastrosas para o planeta. Além, é claro, de sentirmos diretamente os efeitos da falta de água ou convivermos com volumes extraordinários de chuvas, ventos fortes, aquecimento da água dos oceanos, aumento do nível do mar, diminuição no nível dos rios, escassez de peixes, extinção de espécies de plantas e animais entre outras situações.

Contudo, apesar de mais de três décadas de estudos que comprovam os estragos que a humanidade tem provocado para a saúde do planeta (clima, solo, águas, atmosfera etc.), nosso modo de vida e consumo se modificou muito pouco e nossa inércia foi comparada, por Latour (2020), ao “sonambulismo” dos europeus, que se precipitaram em duas Grandes Guerras, uma após a outra mesmo sabendo de suas graves consequências. O autor critica os “*climatocéticos*” pela forma fanática de denegação das questões climáticas, os “*climatoquiestistas*” pela calma e disposição em esperar que milagres nos salvem da destruição e também fez críticas aos que “ouviram as sirenes e entraram em pânico”, produzindo ideias megalomânicas de controle completo da Terra e domínio total da natureza. Por fim, restaram alguns outros que se propõem a sobreviver sem se deixar levar pela denegação, nem pela depressão ou pelo pânico, mas se movem pela busca de uma solução

razoável, apostando no menor dos males, já que precisamos lidar com as mudanças que, segundo Latour (2020), são definitivas!

Entre esses últimos, parece-me razoável que estudos científicos procurem entender o que os move e os diferencia para aprender com eles e, talvez, contribuir ou somar forças, de alguma forma, nessa busca de nos ajustar urgentemente para viver – daqui pra frente – com os olhos bem abertos para não cairmos em um abismo ainda maior do que aquele no qual chegamos.

Dito isso, retomo agora os objetivos estatutários – e as lutas – da entidade Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande, que desde suas primeiras atividades se posiciona contrária às predatórias formas de exploração dos recursos naturais, à produção a qualquer custo, buscando amplificar sua voz combatente por meio de participação ativa em debates políticos, denúncias ou ações de apelo social e midiático, como, por exemplo, o “abraço ao Taquaruçu”, um ato simbólico de grande repercussão, capitaneado pela AAD, que ganhou adesão não só da comunidade, comotambém de ambientalistas, ativistas sociais e artistas (Abraço [...], 2018).

Também resgatamos outras ações veiculadas pela imprensa regional (Anexo B) que demonstram a atuação da AAD denunciando situações como o desmatamento para plantio de soja em terras de um político influente e incêndios criminosos; a participação da entidade em audiências públicas ou em ações preventivas, práticas e educativas. Nesse protagonismo da AAD é possível perceber a vocação da entidade enquanto movimento social e enquanto OSC ligada à proteção e à preservação do meio ambiente. O discurso potente e suas atividades soam-nos como o que Demarchi (2020, p. 69) chamou de contranarrativas, ou seja, “uma resposta imediata às narrativas hegemônicas ou dominantes, uma vez que propõem a construção de novos significados”. Nesse conceito, as contranarrativas abrem fissuras na colonialidade do poder, pois se colocam contrárias às narrativas globalizantes, que são unilaterais e, em seu modelo estereotipado e superficial, procuram sempre silenciar as potências criativas e críticas.

Visto desse modo, conjecturas nos levaram a refletir que o território, incluindo seus aspectos históricos e culturais (ambiente), influenciam subjetivamente a atuação e o posicionamento da AAD diante das ameaças que a envolve. É igualmente imaginável que a entidade, com suas práticas comunicacionais horizontais e participativas, articula-se em torno de suas pautas para se manter alerta em seu ativismo político, ano após ano, desde sua criação em 2013.

2.2 A paisagem do tema

O foco central da pesquisa está ancorado na área da Comunicação, especificamente na subárea conhecida como Comunicação Popular. Ademais, o presente estudo foi construído a partir de uma abordagem interdisciplinar, estrategicamente definida para compreender a complexidade dos processos subjetivos que atravessam o grupo social AAD, no momento de implantação do TBC em um território permeado por vulnerabilidades, lutas e relações de poder.

Na visão de Calhoun (2012), a Comunicação é um campo de estudos vasto, de fronteiras difusas e frequentemente atravessado por outras áreas do conhecimento, principalmente, pelas outras ciências humanas e sociais. Para França (2001), ao contrário da interdisciplinaridade reduzir a ilusória autonomia e precisão dos contornos empíricos da Comunicação, ela nos ajuda a ajustar o foco para entender certas dimensões de ordem técnica, política, econômica, cultural, ambiental que costumam compor os objetos de estudos em Comunicação.

De outra forma, Signates (2018, p. [5]) aponta que, apesar de sua importância, o estudo da comunicação –e suas subdivisões ou subáreas – no campo científico é bem recente e ainda bastante focado em “aspectos técnico-profissionais da formação em comunicação, com elevado privilégio para as temáticas do jornalismo”.

Nesse aspecto, Martino (2008) concorda que há uma incorporação tardia de um referencial teórico sistematizado ao campo da comunicação. Em seu estudo o autor diz que o primeiro livro escrito por um autor brasileiro sobre teoria da comunicação foi publicado em 1997, enquanto os cursos de comunicação já estavam regulamentados desde 1969. Isso demonstra o quanto os aspectos técnico-profissionais, citados por Signates (2018), se sobrepuseram historicamente às produções teóricas do campo da comunicação no Brasil.

Apesar da riqueza do debate, não é minha pretensão, neste momento, o aprofundamento em questões teóricas acerca da interdisciplinaridade ou mesmo sobre a existência – ou não – de um campo específico da Comunicação, contudo, importa destacar que, desde o início, percebi o caráter multidisciplinar que envolve nosso tema de pesquisa, a complexidade da AAD enquanto comunidade e grupo social e sua atuação na defesa dos direitos coletivos e proteção do território.

As questões apresentadas também nos impulsionam a contribuir com a construção de referenciais teóricos que superem o midiacentrismo, ainda tão presente nas pesquisas em

comunicação, e se apoiem nas dinâmicas comunicativas de caráter vinculativo, como, por exemplo, a Comunicação Popular, tal qual nos apresenta Dunley(2005, p. [5]):

[...] Comunicação não é só mídia, mas toda rede de produção de vinculação social. Entretanto, esta é, a meu ver, a grande contribuição teórica e prática dada pela Comunicação Comunitária à Comunicação Social, retirando-a de sua desmesura midiática, ou, se quisermos, desconstruindo-a, e liberando sua potência vinculativa.

Essa potência vinculativa, citada pela autora, não exclui a mídia tradicional, mas a atravessa, vai além dela, em um movimento que reúne várias áreas de saberes e práticas comunicacionais, inclusive as não mediadas pelas tecnologias, como a oralidade, o sentido de responsabilidade socioambiental, a religiosidade, os modos de vida e produção entre outros. Esse modelo de comunicação rompe com o paradigma informacional, que “entende a comunicação como um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos” (França, 2001, não paginado). Ao contrário disso, é entendido como um modelo de comunicação horizontal, de todos para todos.

Em outras palavras, Dunley (2005) nos diz que a Comunicação é agenciadora de duas formas de existir: como um fim em si (cultura narcisista) ou saindo de si em direção ao outro (cultura das relações), sendo esta última o terreno fértil da Comunicação Popular. A autora também acredita que essa subárea da Comunicação pode contribuir para a reconfiguração do sujeito e da cultura na contemporaneidade, além de lhes auxiliar em sua perpétua transformação e na superação coletiva dos obstáculos que a vida lhes impõe (Dunley, 2005).

Ainda nessa seara, reforço que o estudo que empreendemos aqui não se propõe a analisar as mídias, os meios de comunicação em suas dimensões técnicas, mas as práticas comunicativas que marcam a vida social de um grupo e que muitas vezes nem passam pelo terreno das mediações tecnológicas. Ajustamos nosso foco para abordar a comunicação como uma prática contra-hegemônica, capaz de promover a mobilização e a vinculação social entre as pessoas.

Somamos nossos esforços com outros pesquisadores que defendem a necessidade do aprofundamento de pesquisas em torno da comunicação popular, comunitária, alternativa, cidadã, vinculativa, horizontal. Não custa esclarecer que somos cientes do estranhamento que causa a diversidade de termos utilizados na definição desse modelo de comunicação, contudo, na visão de Paiva, Malerb e Custódio (2013, p.245), o que une todas essas nomenclaturas é a utilização ético-política dos meios por uma dada comunidade – seja ela territorial, de interesse ou etnolinguística – com intuítos de mobilização e transformação social, atributos

que permeiam nosso tema de estudo.

No entanto, para evitar embaraços, optamos por usar a terminologia “Comunicação Popular” ao nos referirmos ao modelo de comunicação apresentado neste estudo, embora reconheçamos que ainda não identificamos contornos muito claros que possam diferenciar um termo do outro. Volpato (2014) chega a apresentar alguns autores que ensaiam apontar algumas diferenças entre comunicação popular, alternativa e comunitária, porém, reconhece que apesar de apresentarem certas características delimitadoras, elas, em algum momento, se mesclam, se tangenciam e se interconectam com o mesmo objetivo de engendrar formas específicas de expressão de classes subalternas, interessadas em promover ações de mobilização solidária, buscando ampliar a cidadania e incentivar aspectos democráticos e de participação popular.

A exemplo disso, Araújo e Peruzzo (2019), em artigo intitulado *Comunicação Popular e Comunidades Quilombolas*, referem-se à comunicação como “popular e comunitária” e definem sua principal característica como um processo que emerge da ação dos próprios grupos populares como uma expressão de segmentos empobrecidos da população, em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.

Apesar das citações acima referirem-se a “classes subalternas” e “segmentos empobrecidos”, respectivamente, neste estudo, optamos por ampliar o sentido dos termos ao substituí-los por “vulneráveis”, remetendo ao conceito de vulnerabilidade descrito por Leal (2020), cujo campo semântico remete à noção de perda – ou risco de perda –, de exposição ou de variadas formas de violência, e não necessariamente sobre a posição social e econômica das pessoas ou do grupo. Até porque, no caso das pessoas que compõem o grupo social estudado, a vulnerabilidade não é identificada como uma questão de classe social ou econômica, mas de pensamentos, de cultura, de valores e de modos de vida que conflitam com as imposições do capitalismo predatório, da exploração do mercado imobiliário e do turismo de massa, fator que acaba tornando-as vulneráveis diante do poder hegemônico que rege o sistema.

Outra questão relevante é que, embora os membros da AAD não estejam dispostos em um espaço físico delimitado com fronteiras bem definidas, como é o caso de territórios indígenas e quilombolas, essas pessoas possuem um vínculo afetivo com a terra, pois *escolheram* aquele ambiente para *fazer parte dele*. Esse sentimento de pertencimento é o que as unem em torno de suas causas e dão sentido às suas lutas.

É certo dizer que nem todos os moradores e proprietários de chácaras do entorno do Parque Estadual do Lajeado são associados à entidade AAD. Contudo, na visão de Peruzzo (2008), estar próximo, pertencer a uma mesma etnia ou morar em um mesmo bairro não implica dizer que existam relações comunitárias. Para a autora, comunidade é aquela que se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertencimento, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros.

Também Paiva (2004, p. 65) critica a ideia de comunidade apenas como vinculação espacial ou de agrupamentos com objetivos e interesses específicos como é o caso das comunidades universitárias, médicas, europeia etc. e esclarece que:

Comunitário é quem confere valor à identidade, à proveniência, portanto, à origem: a via que conduz às raízes como às tradições. Comunitário é quem confere valor às relações sociais, religiosas, familiares e nacionais. *Para o comunitário, a ligação não é a cadeia que aprisiona e que limita a liberdade, mas, ao contrário, o fio que o liga aos outros e o sustenta.* Comunitário é quem reconhece o seu lugar originário, assumindo-o como pátria; para ele não é insignificante ou fortuita a sua origem ou seu destino e suas relações (Paiva, 2004, p.64, grifo nosso).

A partir desse sentido mais amplo de comunidade, entendemos que a AAD congrega pessoas que partilham o sentimento de ligação afetiva com o território, que para elas é sagrado. Elas travam suas lutas para defender ideias de sustentabilidade e preservação ambiental/cultural, propondo um olhar inovador sobre TBC, ao criar novos caminhos e simbologias para diferenciar e distanciar a atividade desse tipo de turismo do predatório turismo de massa.

Para sintetizar algumas dessas diferenças, cabe ressaltar que o turismo de massa prioriza a acomodação de um grande número de turistas em destinos populares, o que muitas vezes resulta em impactos negativos significativos. Essa abordagem tende a sobrecarregar a infraestrutura local, degradar o meio ambiente e diluir a autenticidade cultural da região impactada. Além disso, os benefícios econômicos desse modelo são frequentemente concentrados em grandes corporações do setor, com pouca contribuição direta para as comunidades locais.

No TBC, as comunidades locais são os principais beneficiários e tomadores de decisão. Eles têm um papel ativo no desenvolvimento, na gestão e nos benefícios do turismo. Os destinos operados na modalidade de TBC geralmente são áreas com menos infraestrutura e em regiões menos exploradas, onde os moradores locais têm um papel fundamental na preservação da cultura, do meio ambiente e do patrimônio histórico/cultural. Essa forma de

abordagem tem a proposta de promover a interação entre os turistas e os membros da comunidade, proporcionando experiências autênticas e enriquecedoras para ambas as partes e os benefícios econômicos são distribuídos de forma justa, ajudando a fortalecer a economia local e melhorar o bem-estar das pessoas.

Apesar dessas duas formas de abordagem do turismo serem bastante distintas, inclusive com resultados bem diferenciados, alguns conceitos e simbologias ainda são utilizados, equivocadamente, de maneira igual, tanto em uma quanto na outra. Uma delas é o conceito de “atrativo”, palavra utilizada para definir um local de visitação de turistas.

A exemplo disso, um atrativo turístico é geralmente definido, na literatura acadêmica, em manuais e documentos oficiais de turismo, como qualquer elemento ou localização que atrai visitantes para uma determinada área ou destino. De acordo com a definição do Glossário do Turismo, publicado pelo Ministério do Turismo, atrativos turísticos são "locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los" (Brasil, 2018, p. 09).

Não nos causa estranhamento que a palavra “atrativo turístico” seja utilizada pelo turismo de massa para definir locais de visitação turística, pois nessa modalidade os visitantes compram o atrativo como um “produto”. Porém, mesmo nos estudos, trabalhos e projetos em que o foco é o Turismo de Base Comunitária ou o Etnoturismo, cujos conceitos são bem distintos do turismo de massa, não encontramos outros termos ou definições diferentes de “atrativo”. Por isso, a partir da experiência de pesquisa construída aqui, gostaria de propor o conceito de “santuário”, em oposição ao de “atrativo”, buscando valorizar meus interlocutores em suas críticas ao modo exploratório do turismo de massa.

Como já expusemos anteriormente, a Comunicação Popular foi apontada como uma ferramenta importante para a consolidação de projetos de TBC (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009), contudo, os estudos científicos sobre Comunicação Popular no contexto dessa proposta de turismo no Brasil são escassos, ainda mais no contexto regional, no qual as experiências com TBC estão em fase embrionária.

Por esse motivo, desenhamos nossa pesquisa em um modelo relacional, que exigiu um trabalho de campo imersivo, aproveitando o cenário social que já vinha sendo construído antes mesmo do meu ingresso no mestrado acadêmico. Foi também necessário aguçar os sentidos e apurar a capacidade de provocar dinâmicas conversacionais que consigam emergir produções subjetivas valiosas para a elaboração dos indicadores que apresentaremos em nossa análise.

Assim, na primeira etapa deste trabalho, ainda durante a participação nas aulas das disciplinas obrigatórias e optativas do mestrado, ao mesmo tempo em que ia escolhendo e fichando os referenciais teóricos que poderiam ser os “guias” desta jornada, busquei matérias jornalísticas e registros documentais e históricos da AAD na *internet*. Os achados subsidiaram boa parte das conjecturas iniciais e também na formulação de algumas questões norteadoras que nos acompanharam ao longo de todo este estudo. Uma delas é: caberia à Comunicação Popular a vinculação de todas as subjetividades que compõem esse grupo social? A questão não é tão simples. Peruzzo (2009, p. 134-135) nos diz que a Comunicação não se presta a fazer mudanças sozinha, e complementa:

A visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares. Estes privilegiam o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade (Peruzzo, 2009, p. 134-135).

Nesse viés, persistimos no estudo da Comunicação Popular no contexto da implantação do TBC por achar necessário que nossa sociedade avance na equidade social e no respeito à diversidade cultural; que as comunidades que defendem seus territórios sejam ouvidas e suas vozes sejam consideradas na busca de alternativas econômicas sustentáveis, diversas daquelas predatórias que estão impactando a vida na Terra.

Diante dessa realidade, o estudo ganhou força e também a adesão das lideranças da entidade, que se dispuseram a cooperar nesta pesquisa. Em contrapartida, mapeamos os interesses dos associados nas atividades turísticas e oferecemos nosso apoio técnico em duas oficinas: uma de Etnomapeamento e outra de Elaboração de Roteiros Turísticos. Esse movimento de mão dupla demonstrou que todo o processo de construção das informações da pesquisa foi baseado em um dos princípios do sistema metodológico que utilizamos: a comunicação dialógica.

3FORMATAÇÃO DO DESTINO: OLHAR DE DENTRO

Antes de adentrar nesta nova etapa da jornada científica que empreendemos aqui, gostaria de esclarecer que a formatação de um destino turístico pressupõe a composição de três etapas: interpretação, diagnóstico e intervenção. Seguindo a proposta de substituir as nomenclaturas convencionais das seções desta dissertação por termos relacionados ao turismo de aventura, escolhi o título em epígrafe para apresentar o capítulo metodológico.

Ressalto que não temos pretensão de fazer intervenções, mas que sempre foi nosso intuito empreender esforços, na medida de nossas possibilidades, para que a comunidade receba de nós, além do retorno e apresentação dos resultados da nossa pesquisa, uma justa contrapartida em contribuições técnicas (Oficina de Etnomapeamento e Oficina de Roteiros Turísticos) que nos couberam oferecer-lhe. Isso nos exigiu, da pesquisadora e do orientador, um mergulho de fato nas atividades de campo.

Quanto ao coorientador, o professor Dr. José Fernando Patiño Torres, coube-lhe a missão de nos ajudar a desbravar os caminhos teórico-epistemológico-metodológicos da plataforma científica de González Rey para dar corpo a uma pesquisa inédita, no âmbito dos estudos da subjetividade, sob as temáticas da Comunicação Popular e do Turismo de Base Comunitária. Nesse sistema, o diálogo assume um valor heurístico e sua potência geradora de sentidos subjetivos e configurações subjetivas foram fundamentais para criar o aprofundamento que desejávamos em um estudo em comunidades.

3.1 O valor heurístico da subjetividade e dos princípios da Epistemologia Qualitativa para a pesquisa

Primeiramente, é importante esclarecer que as experiências fundamentadas na unidade teoria-epistemologia-metodologia têm revelado um valor heurístico que vai além do conhecimento relacionado ao estudo da subjetividade. Essas experiências representam processos que estimulam o desenvolvimento humano, tanto para o pesquisador como para os participantes da pesquisa. Rossato (2019, p.71) define desenvolvimento humano como “um contínuo processo de construção/desconstrução/reconstrução ao longo da vida, sendo esse processo guiado pelas experiências subjetivas, sempre singulares, originadas nas ações e relações vividas”.

Na perspectiva de Mitjans Martínez e González Rey (2017, p.401), “a subjetividade é

um sistema simbólico-emocional voltado para a criação de algo distintamente humano, ou seja, a cultura”. Nesse ponto de vista, a subjetividade é fundamental para o desenvolvimento humano e tem sua origem na perspectiva histórico-cultural. Entre as reflexões dos autores encontramos que a subjetividade se constituiu como um elo, configurando as experiências sociais e a personalidade como uma unidade, não como elementos externos um ao outro. Segundo eles, essa definição teórica envolveu certas exigências metodológicas nos processos de produção do conhecimento, das quais advém a relação entre teoria e epistemologia.

A Epistemologia Qualitativa é vista como “uma alternativa criativa à forma tradicional de fazer ciência, com seus movimentos críticos monopolizados pelo construcionismo social e fragilidade epistemológica” (Mitjans Martínez, 2022, p. 49). Em sua trajetória de elaboração, essa proposta epistemológica seguiu um processo de evolução até chegar aos três princípios que estão em sua base.

O primeiro princípio da EQ é a singularidade, que reconhece o singular como um atributo legítimo para a produção do conhecimento. Nessa linha de pensamento, o singular tem um lugar epistemológico baseado na qualidade da informação, vinda das múltiplas expressões do participante, sejam elas formais ou informais, possibilitadas pelo seu engajamento na pesquisa (Mitjans Martínez; González Rey, 2017, p. 409).

Em nosso estudo, este princípio nos permite descrever o mundo dos participantes, sua forma de organização e outros aspectos da vida das pessoas, além de gerar modelos teóricos que sejam capazes de responder às perguntas da pesquisa. Além disso, a relação de confiança entre pesquisadora e participantes possibilitou que estas informações não sejam apenas baseadas em respostas às perguntas, mas que esse processo possa produzir sentidos subjetivos dentro do cenário social da pesquisa.

O segundo princípio dessa proposta epistemológica é o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, que está estreitamente associado ao problema da pesquisa. Nesse processo teórico, as construções de hipóteses têm como base os indicadores que vão emergindo no decorrer das interações entre pesquisador e participantes. Os indicadores são os significados que o pesquisador elabora sobre eventos, expressões, ou sistemas de expressões, explícitos ou não em seu significado, pelos participantes. Eles aparecem também na obra de González Rey como uma “sequência de elementos que convergem entre si pelo significado, em que a definição de um representa um momento na emergência de outros no processo de desenvolvimento das hipóteses” (Mitjans Martínez; González Rey, 2017, p. 508). Para esses autores, desde o início da elaboração dessa proposta epistemológica, os indicadores

assumiram um aspecto central como processo de construção teórica de interpretação do pesquisador, o que implica romper com a separação da pesquisa instrumental clássica entre coleta de dados e análise da informação.

Nesse aspecto, a proposta metodológica é estimulante porque me impulsiona a ser criativa no uso e na geração de instrumentos metodológicos que favoreçam tanto as respostas das pessoas quanto a construção de novas elaborações e alternativas para suas questões e problemas enfrentados.

O terceiro princípio da EQ é o processo de comunicação dialógica, que também rompe com a ideia da neutralidade do pesquisador. Esse princípio estabelece que pesquisador e participantes estejam implicados na pesquisa de tal forma que a pesquisa passa a ser compreendida como um espaço social, em que diversos processos de comunicação dialógica emergem de maneira espontânea, com riqueza de novidades e imprevistos.

Porém, Patiño Torres (2022) frisa que nem toda comunicação é dialógica, e que o diálogo, na perspectiva da Epistemologia Qualitativa e da Metodologia Construtivo-Interpretativa, tem um caráter complexo, não linear e não sequencial, que permite gerar uma representação teórica da constituição da subjetividade. Em publicação recente, intitulada *O Diálogo a três vozes na obra de González Rey: ontologia, epistemologia e método*, o autor aborda as três dimensões do diálogo. A primeira estaria representada nos processos dialógicos complexos, sistêmicos, constitutivos e dinâmicos, nos quais vibram as emoções e as produções simbólicas que se articulam à emocionalidade com a qual se experimenta a vida. Já a segunda voz relaciona-se com a concepção epistemológica qualitativa assumida na pesquisa, na qual o diálogo é o princípio norteador e exige do pesquisador o estabelecimento de relações genuínas com os participantes, promovidas pela confiança e pelo mútuo engajamento, para assim favorecer a emergência do sujeito e das produções subjetivas.

A terceira e última voz se expressa nos aspectos metodológicos da dialogicidade desenvolvida no cenário social da pesquisa, caracterizada pela construção dos espaços relacionais e produção de instrumentos os quais possibilitem aos pesquisadores e participantes a geração de sentidos subjetivos.

Os conceitos de sentido subjetivo e de configuração subjetiva, tal qual definidos pela Teoria da Subjetividade, são portadores de inteligibilidade para construção de conhecimento acerca de processos intrínsecos às práticas humanas. Nessa vertente de ideias, o diálogo e os recursos tensionadores possibilitam que a subjetividade venha à tona, em uma articulação inseparável entre o simbólico e o emocional, gerada na cultura e de natureza histórica. Já os

indicadores são as construções do pesquisador, que se apoiam nos múltiplos aspectos qualitativos da expressão dos participantes, ou seja, os significados que o pesquisador elabora sobre eventos, expressões ou sistemas de expressões, os quais não aparecem explícitos em seu significado pelos participantes da pesquisa (Mitjans Martínez e González Rey, 2017).

Em outro aspecto, essa metodologia favorece o meu desenvolvimento subjetivo enquanto pesquisadora, por me atribuir a responsabilidade de produzir o conhecimento e não apenas organizar e tabular dados. É igualmente valiosa a contribuição para os participantes, que diante dos desafios e tensionamentos propostos, são estimulados a criar novos caminhos para enfrentar suas dificuldades.

Em nossa visão, é perceptível a familiaridade conceitual na confluência dos temas (Comunicação Popular e Turismo de Base Comunitária) e também a articulação deles com a proposta teórica de Mitjans Martínez e González Rey, que nos proporciona subsídios, tanto em termos teóricos e ontológicos, quanto de natureza epistemológica e metodológica para entender como fenômenos do grupo social estudado se configuram nas experiências simbólico-emocionais das pessoas e nos espaços sociais em que elas habitam. Esse referencial nos permite, não só descrever os processos complexos da subjetividade social e individual, como também explicar como eles operam e como eles vão se configurando ao longo da história vivida.

3.2 A construção do cenário social e os instrumentos da pesquisa

Como já foi dito antes, a construção do cenário social, um dos aspectos fundamentais da Metodologia Construtivo-Interpretativa de González Rey, nos permitiu estabelecer um vínculo de confiança e proporcionou que a pesquisadora e os participantes estivessem implicados na pesquisa. A construção desse cenário se iniciou há quatro anos, pelas minhas interações e interesses comuns com os integrantes da AAD. No entanto, ao longo dos últimos dois anos, após ingressar no mestrado acadêmico, houve o fortalecimento desses laços, o que me permitiu participar de situações da vida cotidiana e social da comunidade com mais frequência.

Importa ressaltar que, na perspectiva da Metodologia Construtivo-Interpretativa, o cenário social não é um espaço físico no qual a pesquisa se desenvolve. Trata-se do estabelecimento de vínculo entre pesquisador e participante ou a relação entre estes dois, implicados na pesquisa. Patiño Torres (2022, p.277) esclarece que o cenário social se constitui

de pessoas que possam participar da pesquisa de forma engajada, o que representa um grande desafio para o pesquisador, que deve criar diversas estratégias para motivar os participantes e gerar interesse.

Subsidiada pelas contribuições teóricas, epistemológicas e metodológicas, norteadoras dos pensamentos motrizes do estudo, iniciei a pesquisa de campo optando por substituir a tradicional entrevista semiestruturada pelas dinâmicas conversacionais com os participantes. Essas aconteceram em diversos momentos, alguns planejados e agendados, outros durante as trilhas que continuei fazendo sozinha ou em grupo. Nesse sentido, é bom deixar claro que a construção do cenário social da pesquisa requer um tempo e uma dedicação maior do pesquisador, tanto para elaborar os instrumentos adequados, como para mudar a estratégia de abordagem no decorrer da pesquisa, se for o caso. Segundo González Rey (2022, p. 35) um instrumento é:

[...] Cualquier recurso orientado a estimular la expresión de los participantes en el curso de la práctica comunitaria y/o la investigación. Los instrumentos representan fuentes de información que sólo se transformarán en teoría cuando adquieran significados que nutren el camino hipotético del investigador en el curso de sus construcciones teóricas².

Pela minha vivência anterior como guia, levando grupos em algumas propriedades de membros da AAD, incluí como instrumento a visitação desses locais, às vezes conduzindo um grupo (Figura 3), outras vezes sozinha. Esses momentos foram de muito aprendizado, aproximação e trocas. Depois de algum tempo, percebi que estávamos à vontade, seguros e confiantes para estabelecer diálogos sobre qualquer assunto e os participantes passaram a demonstrar interesse genuíno pela pesquisa em curso.

Por opção particular, decidi não gravar as dinâmicas conversacionais com os participantes, mas fui anotando alguns pontos principais da conversa em um caderno e registrei as falas e minhas impressões sobre o que era dito e também como era dito, as expressões, a emoção e o interesse pela conversa. Logo após os encontros, eu escrevia tudo o que me havia chamado atenção em um caderno/diário de campo. Durante os diálogos, optei por deixar meus interlocutores livres para falar sobre suas experiências, porém, busquei na conversa saber de onde vieram, há quanto tempo estavam ali e como foram parar no Território

² Tradução nossa: “Qualquer recurso destinado a estimular a expressão dos participantes no curso de prática e/ou pesquisa comunitária. Os instrumentos representam fontes de informação que só serão transformadas em teoria quando adquirirem significados que alimentem o caminho hipotético do pesquisador no decorrer de suas construções teóricas”.

Taquaruçu Grande. Também procurei saber se moravam/trabalhavam no local ou se a propriedade tinha outra destinação, como veraneio etc. Por fim, em meio à conversa, busquei saber por que optaram por se juntar à Associação Água Doce. Penso que dessa forma foi mais natural e menos constrangedor para os participantes, estimulando a produção dos sentidos subjetivos que emergiram durante o processo.

Figura 3 - Trilha conduzindo um grupo na propriedade de um participante



Fonte: Foto tirada por Luiz Melchiades (2023).

Outro instrumento utilizado na pesquisa foi a realização de duas oficinas, uma de Etnomapeamento, cujo objetivo foi identificar no mapa geográfico do território que os participantes ocupam suas propriedades e os limites; os acessos (estradas, pontes e trilhas); as áreas degradadas; as matas, rios e nascentes que devem ser preservados e as áreas que possuem “santuários” que podem ser visitados por turistas, conforme demonstrado na Figura 4.

A outra oficina proposta foi a de Elaboração de Roteiro Turístico, que tinha por objetivo discutir as possibilidades e conceitos do TBC e criar, entre os interesses e potencialidades individuais dos participantes, roteiros turísticos interessantes, eventos culturais e “santuários” para visitação. Esse momento está representado na Figura 5.

As duas oficinas foram oferecidas como uma espécie de contrapartida da pesquisa para a AAD e era nossa intenção realizá-las em dias distintos, o que acabou não ocorrendo por decisão do próprio grupo, que preferiu programar as duas oficinas para acontecer no mesmo dia e local.

Figura 4 - Turma participante da oficina de Etnomapeamento: momento em que os participantes olham o território no mapa e identificam detalhes das propriedades



Fonte: Foto tirada por Lorena Karlla Mascarenhas (2023).

Figura 5 - Turma participante da oficina de Roteiros Turísticos: momento em que os participantes discutem os potenciais culturais e identificam oportunidades



Fonte: Foto tirada por Lorena Karlla Mascarenhas (2023).

Devo ponderar que a intervenção do grupo na organização das oficinas elevou a qualidade do nosso trabalho, pois nos permitiu acompanhar de perto uma ação de mobilização acontecendo na prática entre os membros da AAD. Foi um trabalho conjunto, iniciado a partir da nossa proposta de oficinas, que foram apresentadas e aprovadas pela diretoria da entidade. Após esse primeiro momento, a proposta foi discutida pelos membros da AAD, por meio de

um grupo de *WhatsApp*, e depois devolvida com ajustes e sugestões de datas, horários e local para realização.

Sendo assim, as oficinas aconteceram na propriedade de um dos participantes, em um sábado ensolarado. Aos poucos as pessoas foram chegando, cada uma trazendo uma comida ou bebida para um café da manhã coletivo. Não parecia ser algo excepcional, mas uma prática comum naquela comunidade, os encontros festivos e o clima amistoso. Ao iniciarmos o trabalho, todos se concentraram no conteúdo apresentado e participaram efetivamente das atividades propostas.

Tecnicamente falando, não foi possível esgotar o conteúdo da segunda oficina, razão pela qual nos comprometemos em voltar para um novo encontro, em outra oportunidade, a ser organizada pelo grupo e realizada em outra propriedade.

Apesar dos ajustes sugeridos impactarem o formato original das oficinas, estávamos abertos às mudanças, pois ambos os instrumentos apresentados levaram em conta a necessidade de viabilizar, a partir do envolvimento emocional e simbólico entre os sujeitos da pesquisa (Magnago; Carijo; Pavão, 2023), a manutenção do espaço relacional de qualidade com pessoas engajadas no processo, premissa para emergência dos processos de subjetivação.

3.3 Os participantes da pesquisa

Os participantes que fizeram parte do estudo eram todos maiores de 18 anos, associados da AAD, sabiam dos objetivos, dos procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa; assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continham esses dados, e também o comprometimento da pesquisadora com os quesitos sigilo e confidencialidade das informações. Os participantes receberam nomes fictícios e evitaremos descrevê-los com mais detalhes, como idade e características físicas, para evitar a exposição e identificação de suas falas. Apesar disso, todos autorizaram a publicação de fotos e imagens capturadas durante a realização das oficinas e encontros de convivência.

Entre os trinta associados da AAD, convidamos seis, sendo três mulheres e três homens, todos proprietários e moradores de Taquaruçu Grande, para participar individualmente das dinâmicas conversacionais utilizadas como recurso dialógico. Nessas dinâmicas, o diálogo foi travado livremente, mas os recursos tensionadores foram capazes de fazer emergir os sentidos subjetivos, os quais possibilitaram a construção das informações e a inteligibilidade das configurações subjetivas individuais, que aos poucos foram se articulando

também com a dimensão da subjetividade social, em um processo de configuração e reconfiguração mútua.

As pessoas foram convidadas ao acaso, pela disponibilidade de alinhamento da minha agenda com as delas, às vezes com a do meu orientador, professor Dr. André Demarchi, que participou de algumas interações. Parte dessas pessoas eu já conhecia, outras não. Para a pesquisa de campo propriamente dita (após a aprovação da CONEP), a primeira interação foi feita com o presidente da AAD, que indicou um membro da diretoria para me ajudar com os contatos e informações gerais de localização. Na maioria das vezes, após as apresentações e esclarecimentos dos objetivos da pesquisa, fui convidada a conhecer a propriedade e tomar um café ou um bom banho de cachoeira. Assim, as dinâmicas conversacionais aconteceram em um clima descontraído.

Nas atividades coletivas, ou seja, nas oficinas, tivemos a participação voluntária de 10 pessoas na Oficina de Etnomapeamento, sendo cinco mulheres e cinco homens – representantes de oito propriedades/território da região – e 16 pessoas na Oficina de Elaboração de Roteiros Turísticos, sendo nove mulheres e sete homens – representantes de nove propriedades/território (Figura 6). Entre estas pessoas, apenas três são apoiadores e membros da associação que não residem no local. A Figura 6 apresenta um momento de confraternização entre os participantes das oficinas.

Figura 6 - Foto dos participantes das oficinas em momento de confraternização



Fonte: Foto tirada por Lorena Karlla Mascarenhas (2023).

As oficinas foram realizadas na propriedade de um dos associados, o que possibilitou

o acesso e a adesão dos demais membros da entidade. Todos os membros da AAD foram convidados por meio de uma associada, que se prontificou a promover as comunicações no grupo dos associados, com quem articulou voluntariamente os ajustes de calendários, melhores datas e horários. Entre os 16 participantes que aceitaram o convite para as oficinas, oito já haviam iniciado as atividades turísticas e os demais manifestaram interesse em trabalhar com o TBC no Taquaruçu Grande.

4 ABRINDO A TRILHA

Ao iniciar este terceiro e último capítulo da dissertação, cumpre dizer que, até aqui, um longo caminho já foi percorrido. Preparamos o roteiro desta jornada, trazendo para nosso estudo as reflexões dos guias experientes; formatamos o destino ao criar o caminho metodológico seguido; agora nos sentimos prontos e seguros para abrir a trilha, outra etapa do estudo que não tem um fim em si mesma, mas que também pode servir de inspiração para outros caminhantes futuros.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a grandeza da experiência vivida no campo não caberá neste trabalho, pois transcende à minha capacidade de expressar em palavras tudo o que aprendi durante o tempo em que empreendemos este estudo. No entanto, é justo que nos esforcemos para partilhar, no sentido que nos exige Rancière (2005, p.15) – “fazer parte de um todo, sem deixar de lado as partes exclusivas” – algumas das impressões que nos atravessaram.

Antes de tudo, faz sentido reforçar que, além de ser uma entidade sem fins lucrativos, a AAD é uma comunidade que demonstra sua forte ligação com o território. Isso nos levou a refletir que, apesar de não ser considerada “ancestral”, como é o caso das comunidades quilombolas, indígenas, aborígenes, a AAD é formada por pessoas que *escolheram* ficar agarradas a terra, como aqueles que o sistema capitalista considera sub-humanidade, que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, ou embrenhados no meio do mato (Krenak, 2019).

Por outro lado, em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2019, p. 20) descreve a sociedade considerada “civilizada”, como “colonizadores europeus, que se esforçam para nos *descolar* da terra e nos empurrar para viver em ambientes artificiais, produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios”.

Esses dois polos de pensamento são tensionadores de grande parte das lutas travadas pelo direito de existir das comunidades tradicionais. É nesse bojo de conflitos e tensões que nosso tema de pesquisa ganhou contornos.

Importa ressaltar que fiquei muito impactada com a maneira como as interações com os participantes aconteceram. Cinco das seis pessoas que nos receberam individualmente já haviam iniciado um trabalho com o turismo, assim, estrategicamente optei por agendar as conversas em trilhas, para conhecer melhor a modalidade turística que eles propunham. A partir dessa interação, compreendi que sua proposta era oferecer, ao turista, uma vivência, um

mergulho no território/ambiente, capaz de agregar à visita muito mais do que um local ou paisagem bonita, mas uma experiência em que as histórias, a cultura e o modo de vida das pessoas são parte fundamental. Essa é a essência do TBC e umas das principais características e diferenciais em relação ao turismo de massa.

Tais características encontram ressonância no conceito de “lugar epistemológico” que Demarchi (2022, p.18) tem identificado como um “*lòcus* de pensamentos e conhecimentos”, significando bem mais do que mero espaço físico ou geográfico. É certo dizer que o citado conceito foi cunhado pelo autor ao referir-se à Amazônia, que foi e continua sendo “fabricada” pelos povos que habitam as florestas, contudo, tomamos por empréstimo o conceito para nos referir ao Cerrado Tocantinense, que também se apresenta como lugar de produção, de cultura, de identidades e repleto de conhecimentos.

No caso da AAD, esse ambiente (lugar epistemológico), com toda sua carga histórico-cultural, se expressa nos recantos, locais sagrados e santuários, que começam a ser abertos para a visitação por meio do TBC, que Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 15) conceituaram como “uma forma de turismo que visa constituir vínculos, tecer redes de relações, reafirmar identidades sem se fechar para o mundo”, modelo diverso do turismo de massa.

Assim, os conceitos referenciados acima subsidiam a reflexão iniciada no capítulo dois desta dissertação, acerca da utilização equivocada do termo “atrativo turístico” para caracterizar um local de visitação em comunidade que opera na modalidade TBC. Para embasar nossas reflexões, vamos aprofundar um pouco o nosso conhecimento sobre a subjetividade individual dos participantes e a subjetividade social do grupo AAD e apresentar as informações que construímos interpretativamente, a partir do nosso trabalho de campo.

Para conhecer melhor o vínculo dos participantes com o território, uma das perguntas tensionadoras feitas durante as dinâmicas conversacionais individuais foi: Como você veio parar aqui no Taquaruçu Grande? A partir dessa pergunta todos os participantes demonstraram uma pronta disposição para narrar suas histórias e seu interesse pelo território. Leal (2022, p.16) nos diz que as narrativas estão presentes em diferentes realidades histórico-culturais e são componentes fundamentais na experiência humana; conhecendo e contando histórias, damos sentido às nossas ações, aos acontecimentos, ao tempo e às realidades que conformamos nesses processos.

Em uma dessas narrativas, a participante Marcela nos contou que tem quatro filhos e decidiu mudar para o campo durante a pandemia, pois queria dar às crianças a oportunidade

de crescer com liberdade, em um ambiente saudável, próximo da natureza, para que eles aprendessem desde cedo a conviver e respeitar o meio-ambiente. Ela nos informou que, às vezes, recebe alguns turistas em sua propriedade, mas faz questão de enfatizar que não deixa o portão aberto para quem quiser entrar: “Eu prefiro que as pessoas falem comigo pelo *WhatsApp* antes, me digam direitinho quem são as pessoas do grupo e o que querem fazer aqui, aí decido se quero receber ou não na minha casa”.

Ao visitarmos o “santuário” de Marcela, fomos convidados a fazer uma trilha, ao longo da qual nos mostrava orgulhosamente pequenas mudas de árvores do Cerrado plantadas para repovoar de mata nativa uma área de antiga pastagem. Ao final da trilha, chegamos a uma linda cachoeira, onde ela relatou que a família costuma tomar banhos, inclusive nas noites de lua cheia.

Em outra pergunta tensionadora, eu questiono o interesse da participante em explorar a propriedade como um *atrativo turístico*. Em sua fala, Marcela deixa claro que tem interesse em trabalhar com turismo, “desde que não seja predatório, afinal, essa é a nossa casa, não quero que tragam lixo, nem arranquem as plantas, meus filhos andam descalços aqui!”. O relato emocionado da jovem demonstrou-nos o valor da preservação da natureza para si, o seu amor pelo território e pela família.

A fala de Marcela contribui também para nosso argumento anterior, a respeito da inadequação da palavra “atrativo turístico” para definir local de visitação em comunidades que operam pelo TBC. A chave desse argumento é que, no caso do TBC, os locais de visitação geralmente são os quintais, as casas, os lugares de cultos e devoções, que são sagrados para as pessoas. Locais que remetem à sua ancestralidade, sua cultura, seus cultos e suas memórias.

Outra participante, Clara, com quem também dialoguei, já era minha conhecida e se dispôs a se encontrar comigo na cidade, onde trabalha todos os dias, em horário comercial. Ela me contou que sempre pensou em viver em um local mais próximo da natureza e que provavelmente herdou de seu pai o gosto pela terra, que já tinha propriedade no Taquaruçu Grande, bem antes da estrada ser asfaltada. Também relatou que, apesar de ter adquirido as terras em 2013, ela e o esposo s  decidiram se mudar definitivamente para lá há cinco anos e que a decisão também possibilitou a mudança de seu pai, que hoje é seu vizinho de chácara e já tinha esse plano há tempos. Segundo Clara, “a experiência de conexão com a natureza foi fortalecida ainda mais após a chegada dos meus dois filhos, a quem desejo deixar como legado o amor pela terra, pela natureza e o respeito por tudo o que vive”.

Em outro momento do diálogo, Clara me falou sobre o filho mais velho, que tem cerca de 10 anos. Disse-me que ele costuma convidar seus colegas de escola para visitar a sua casa e, nessas ocasiões, ele faz questão de mostrar os locais onde costuma brincar, os bichos e as plantas. “Ele é reconhecido na escola como o garoto do mato e ele adora isso! Ele disse que tem pena dos coleguinhos que nunca viram uma vaca de perto e de alguns que nem sabiam que o leite vinha da vaca e não da caixinha do supermercado”.

Encontrei-me com Clara outras vezes, algumas em um restaurante de uma das associadas, onde costumamos parar após as trilhas ou atividades coletivas no território do Taquaruçu Grande. Em todas as ocasiões, notei na participante uma disposição para trazer aos assuntos as referências de seu pai e de seus filhos, incluindo pequenos fragmentos de histórias vividas por eles, quase como uma espécie de certificado de validação de suas próprias experiências. São sentidos subjetivos configurados na ancestralidade e na descendência, nos quais o território faz uma ligação atemporal.

O amor pela terra, expresso na fala da participante Clara, apareceu em outras dinâmicas conversacionais. Marcos também é associado da AAD e já recebe visitantes em sua propriedade há algum tempo. Ele me disse que chegou a Palmas logo no início da construção da nova capital, em 1991. Segundo ele, desde que chegou, encantou-se com a natureza e logo comprou uma chácara. “Mas ainda não era o lugar que eu realmente queria morar, só fui ter essa certeza quando conheci esse pedacinho de chão aqui no Taquaruçu Grande”.

Ele comprou a propriedade em 2001 e, desde então, resolveu morar no local. “Minha esposa e filhas moram na cidade, mas eu não gosto mais de viver lá. Aqui me sinto vivo, acordo com os pássaros cantando, escuto a chuva, cuido das minhas plantinhas. Assim me sinto feliz!”. Marcos me contou que no início ele ficava direto na chácara por medo das invasões de terras, muito comuns na região até hoje. “Eu queria garantir que minha família tivesse um lar nesse lugar, um lugar que ninguém pudesse tomar delas. Agora só saio daqui quando sou obrigado, pra ir ao médico ou fazer compras”.

As produções subjetivas das participantes Marcela e Clara e do participante Marcos, quando falam sobre como gostariam que os filhos vivenciassem o território, que respeitassem os animais e qualquer ser vivo, permitiram a geração de alguns indicadores sobre a importância da família (ancestralidade e descendência) e do território (sentimento de pertencimento). No caso em questão, para essas pessoas, o território/ambiente funciona como um elo de conexão, não somente entre ancestralidade e descendência, mas também entre passado, presente e futuro. Uma espécie de “cartografia afetiva”, que promove a ligação de

histórias de ancestrais e sua cosmologia com o modo de vivenciar o presente e pensar o futuro a partir dessas construções (Krenak, 2022, não paginado).

Como se pode ver, diante das interações dialógicas, percebemos o grande valor da metodologia Construtivo-Interpretativa para a nossa pesquisa, pois permite que o pesquisador converta “o diálogo num processo privilegiado de produção de saber nas ciências sociais, assim como o saber em uma ferramenta dialógica” (González Rey, 2019, p. 36). Assim seguimos nosso trabalho de campo, em um processo de caráter vivo, cheio de imprevistos, contradições e achados, que só se tornam possíveis por meio das interações e das experiências genuínas que emergem em meio às produções subjetivas.

Nesse sentido, vamos relacionar as produções teóricas que fizemos a partir dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas individuais dos participantes Marcela, Clara e Marcos com alguns valores da Associação Água Doce, como o ativismo ambiental e a luta pela preservação do território/ambiente, no qual a cultura e a história são parte integrante.

Para exemplificar esses valores, uma matéria veiculada em jornal local, em julho de 2023³, explicita que a AAD participou de uma audiência pública, promovida pela Câmara de Vereadores de Palmas, para discutir uma proposta de transformação da região do Taquaruçu Grande em distrito, visando assim a divulgação do local como um destino turístico. A matéria relata a adesão de muitos políticos, que chegaram a apresentar um vídeo-documentário destacando o potencial da região para o turismo (Bucar, 2023).

Contudo, o texto traz trechos de uma carta aberta à sociedade, redigida pela AAD, na qual a entidade questiona a intencionalidade do projeto e pergunta: “Os autores desta proposta têm ciência de que o Taquaruçu Grande se situa numa Área de Proteção Ambiental (APA) criada pelo Governo Estadual em 1997, justamente para garantir a vazão e a qualidade dos mananciais que abastecem a cidade de Palmas?”. Segundo o *site* de notícias, o documento também apresenta o temor da entidade de que a proposta seja uma estratégia do mercado imobiliário para regularizar loteamentos ilegais e obter autorização para abrir novos loteamentos, aumentando ainda mais os riscos de degradação ambiental (Bucar, 2023).

A matéria destacada contribuiu para a construção das informações e, com base nos indicadores gerados pelas interações com os participantes, formulamos a hipótese de que os valores da AAD, de preservação ambiental e defesa do território/ambiente, estão configurados subjetivamente e relacionados com os valores de ancestralidade e descendência, uma vez que

³Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/mesmo-ser-ainda-virar-distrito-audiencia-muda-patamar-de-taquarucu-grande-504203>. Acesso em: 26 jan. 2023.

o ativismo político da entidade demonstra a preocupação com a preservação do ambiente, entendido como o conjunto de natureza, cultura e história (ancestralidade), para garantir que a descendência tenha um futuro. Isso demonstra a existência decerta corrente de sentidos e configurações subjetivas entre a subjetividade individual e a subjetividade social, na qual uma se configura e reconfigura-se na outra, sem que necessariamente se possa delimitar que uma seja geradora da outra, mas que existe relação entre elas.

Em outras palavras, para falar de subjetividade social é necessário antes compreendê-la como um sistema integral de configurações subjetivas sociais e individuais, articuladas em diferentes níveis da vida social (Mitjans Martínez; González Rey, 2017).

Não é por acaso que o segundo objetivo específico da pesquisa: *Compreender a subjetividade social da Associação Água Doce suas configurações subjetivas e sua relação com o envolvimento comunitário*, conecta-se ao primeiro: *Analisar a subjetividade individual dos participantes em relação com os valores coletivos da AAD*, cuja construção teórica interpretativa foi apresentada anteriormente. Mitjans Martínez e González Rey (2017) apontam que a integração entre o individual e o social é indissociável. Os autores também nos dizem que há uma articulação de variados espaços sociais na configuração subjetiva de cada espaço social específico.

Ora vejamos, por meio das atividades desenvolvidas pela AAD, encontramos a educação como um valor que permeia seus objetivos e atuações. A exemplo disso citamos a ação da AAD, realizada em parceria com o Conselho Indigenista Missionário Goiás e Tocantins (CIMI), na qual as entidades fizeram um trabalho educativo com estudantes de 6º a 9º anos das escolas públicas de Palmas, acerca da importância do uso consciente da água e da preservação da bacia do Ribeirão Taquaruçu. A referida ação foi publicada em matéria jornalística em um *site* de notícias, que além de divulgar o lançamento do livreto *Preservar a água é garantir a vida*, também fez um breve apanhado de outras ações realizadas pela AAD:

Em 2020, a Associação Água Doce organizou e treinou com parceiros, um grupo voluntário de brigadistas e moradores para ações de manejo integrado do fogo e combate aos incêndios florestais. Ação anterior, entre 2018 e 2019 o evento “Abraço ao Taquaruçu”, com união de pessoas pela preservação da Serra do Lajeado, e Audiência Pública na Câmara Municipal de Palmas, para alertar sobre a degradação ambiental e uso de agrotóxicos no ecossistema da bacia do Taquaruçu Grande (Degradação [...], 2022).

Nesse trecho da notícia, percebemos o esforço da entidade em promover a educação ambiental em vários espaços, tanto os da educação formal, quanto em outros espaços sociais e

políticos. Esse valor também emergiu fortemente durante as oficinas de Etnomapeamento e Elaboração de Roteiros Turísticos que promovemos na comunidade. Na ocasião, estavam presentes os associados da AAD que aceitaram nosso convite, entre eles Carol, que é professora, pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins(UFT) e moradora local, que destacou a importância da parceria entre a universidade e a comunidade. Também estava presente a educadora aposentada Marta, que relembrou a importância do trabalho de educação ambiental desenvolvido pela AAD, em conjunto com a escola rural da região. As falas das duas participantes das oficinas são potentes e sugerem que existe um histórico de atividades educativas já realizadas junto à comunidade do entorno do parque, e que essas atividades devem ser constantes e contínuas.

O participante Roberto, jornalista, mestre em Comunicação, fez a abertura das oficinas apresentando nosso trabalho e lembrando o histórico da entidade e sua luta para implantação da escola rural de qualidade na comunidade. Em sua fala, ele disse: “Muito nos agrada a parceria entre a universidade e a AAD. A educação é a base de tudo e a AAD já conquistou muitas coisas boas para Taquaruçu Grande, a escola rural, por exemplo, é um modelo defendido por nós, luta da AAD!”. A partir das presenças citadas e das falas dessas pessoas, confesso que fiquei intrigada para compreender que modelo de educação seria esse, defendido pela AAD.

A questão foi se desvendando durante as atividades e me chamou bastante atenção o fato de que, entre pesquisadores(as), doutores(as) e mestres, outras pessoas da comunidade tomavam a palavra e, sem constrangimento algum, se posicionaram e participaram das atividades de forma igualitária, sendo ouvidas e validadas pelos demais.

Para exemplificar, em dado momento, quando se discutia os conceitos de TBC, o senhor João pediu a palavra e, dirigindo-se aos colegas de associação, explicou: “[...] Nós conhecemos nosso território, sabemos aonde levar as pessoas e contamos nossas histórias pra elas e elas gostam disso. Podemos fazer isso sem destruir a natureza”. O participante João contou que veio do Piauí, a pé, com sua mãe e irmãos, na década de 1980. Segundo ele, sua família não tinha um destino certo, mas, ao chegar a Taquaruçu Grande, resolveu ficar, e de lá não pretende mais sair. João falou sobre suas experiências como guia e demonstrou o conhecimento do território, das rotas antigas, dos sítios arqueológicos e das pinturas rupestres que encontrou na serra. Ele levantou questões sobre as propostas sugeridas, por exemplo, a necessidade de recuperar a estrada dos tropeiros, antiga rota que ligava o povoado de Canela, imerso pelo Lago da UHE Lajeado, ao distrito de Taquaruçu, debatendo com os outros

participantes em pé de igualdade, a partir de seus conhecimentos tradicionais.

Ao final dessa experiência, e a partir dos indicadores gerados, foi possível construir interpretativamente a hipótese de que o modelo de educação defendido pela AAD é configurado subjetivamente no saber e não somente nos conhecimentos específicos da educação formal. Dessa forma, compreendemos que a educação de forma ampla, construtiva e participativa é uma configuração subjetiva dominante⁴ da Associação Água Doce, que se conecta novamente na tessitura do nosso tema central, pois os conceitos da Comunicação Popular e Comunitária trazem em seu âmago alguns dos princípios da Educação Libertadora de Paulo Freire, como o diálogo, o protagonismo, a participação horizontal, a criticidade e a educação emancipadora, principalmente a não formal e a informal. A respeito dessa conexão nos diz Peruzzo (2017, p. 10):

[...] educação para a liberdade é um tipo de educação capaz de fazer do ser humano sujeito da história [...] Os aspectos centrais da proposta freiriana, é perpassado por princípios como o do diálogo (relação horizontal de comunicação); do ser humano como sujeito; da comunicação-ação para a prática da liberdade; criticidade; aderência à realidade; e comunicação para a transformação social.

Isso quer dizer que Paulo Freire, ao defender uma pedagogia centrada na problematização da realidade e na valorização do conhecimento prévio dos educandos, destaca a importância de um diálogo horizontal e participativo, em que tanto educadores quanto educandos aprendem juntos, numa relação dialógica e crítica. Isso nos faz compreender que a comunicação se torna uma ferramenta fundamental para a construção do conhecimento e para a transformação social, pois, nessa linha de pensamento, a comunicação não se restringe apenas à transmissão de informações, mas torna-se uma prática coletiva de resistência, na qual os próprios sujeitos transformam-se em agentes ativos na produção e disseminação de conhecimento.

Em suma, compreendemos que a convergência entre Educação Libertadora e Comunicação Popular se manifesta nas relações entre os membros da AAD, que buscam interagir entre si por meio de uma práxis educativa e comunicativa, capaz de promover a conscientização crítica e a participação cidadã, visando à construção de uma sociedade mais democrática e emancipada.

⁴ Segundo Souza e Torres (2019), as configurações subjetivas dominantes representam a produção dos sentidos subjetivos dominantes, que emergem dos múltiplos espaços da vida social das pessoas, porém, não emerge exclusivamente desse campo e nem se esgota nele.

Vale ressaltar que alguns dos conceitos de Comunicação Popular, como as práticas comunicacionais horizontais, ou seja, de todos para todos, são baseadas na participação e na vinculação (Dunley, 2005) e também da comunidade gerativa e de afetos (Paiva, 2004). Porém, apesar desse modelo de comunicação transmitir conteúdos informativos de forma diversa dos que circulam nos veículos de massa tradicionais, não excluem o uso dessas mídias para difundir suas pautas (Peruzzo, 2019), transformando-as em ferramentas de ativismo.

Neste estudo, as notícias veiculadas ao longo dos 10 anos de atuação da AAD contribuíram para nossas construções interpretativas, que foram feitas a partir das dinâmicas conversacionais individuais e durante as oficinas de Etnomapeamento e Elaboração de Roteiros. Por meio das notícias, compreendemos que a entidade empreende esforços para comunicar-se, enviando *releases* e sugerindo suas pautas aos veículos de comunicação locais, principalmente aos *sites* de notícias, que geralmente as publicam. Dessa forma, a AAD consegue amplificar suas *contranarrativas*, ou seja, a voz de combate às formas de exploração predatória do território e se posiciona como ativista ambiental perante a sociedade.

Cumpramos esclarecer que não era nosso propósito fazer simplesmente a análise desses conteúdos veiculados. Nosso foco estava na forma como a comunicação se desenvolve e atua internamente, promovendo o engajamento entre os membros da AAD, e assim, também compreender de que maneira esse modelo de comunicação poderia favorecer a implantação do TBC entre os associados. Para alcançar nosso objetivo, o trabalho de campo e os instrumentos que propusemos foram fundamentais.

Durante as dinâmicas conversacionais individuais, uma de minhas perguntas tensionadoras era acerca do envolvimento do participante com a AAD e de que maneira ele ou ela ficavam sabendo das informações do grupo. O participante Mário, cuja propriedade foi uma das primeiras que eu conheci, contou-me que se mudou para o Taquaruçu Grande há 12 anos e que, algum tempo depois, foi procurado pela ex-presidente da associação, convidando-o a se filiar. “Soube que você é bombeiro, precisamos de você! Depois ela me convidou para uma reunião e daí já ficamos amigos”, relatou ele.

Mário já trabalha com o turismo há mais tempo, sendo um dos primeiros integrantes da AAD que abriu sua propriedade para receber turistas. Segundo ele, os primeiros visitantes apareceram para treinar corrida de montanha, um tipo de evento que ele participa e ajuda a organizar. “A corrida de montanha é uma atividade de muita conexão com a natureza, as pessoas que praticam esta modalidade já costumam ter um respeito maior pelo meio ambiente, depois disso começaram a vir outros pequenos grupos e a gente foi se preparando melhor pra

receber as pessoas”.

Já nas minhas primeiras visitas na propriedade de Mário, ainda antes de ingressar no mestrado, percebi o cuidado que ele tem em manter o ambiente o mais natural possível, com trilhas minimamente abertas e poucas intervenções, só o essencial para garantir a segurança dos visitantes. Durante as atividades, ele apresenta, aos turistas, as plantas, tipos de rochas, riachos, cachoeiras e cavernas, indicando locais possíveis de banho e os que não se deve atravessar ou chegar perto.

Mário é o guia de sua propriedade e costuma receber os visitantes na entrada da trilha, onde faz questão de se apresentar, fazer um *briefing* das atividades e exigir que todos os visitantes utilizem equipamentos de segurança antes de ingressar na mata. De maneira muito hospitaleira, ao longo das trilhas, vai contando histórias divertidas sobre o lugar e as pessoas da comunidade. Ao final, costuma servir um cafezinho, um suco natural ou uma cachaça com frutas e raízes para aqueles que gostam. São momentos de descontração em que os visitantes se integram com as pessoas locais, em uma mútua relação de trocas de saberes, como apresentado na Figura 7. Esse exemplo demonstra que visitar um “santuário” não é como visitar um “atrativo”, pois a experiência daquela visita não poderá ser repetida. Ela será única e a cada vez que o turista retornar haverá uma nova e inesperada experiência turística.

Figura 7 - Grupo em momento de descanso na trilha de um participante



Fonte: Foto tirada por Samara Martins (2022).

Esse modo de experienciar o turismo nas comunidades foi tratado por Maldonado (2009) como princípios derivados da visão do mundo (cosmovisão) que as pessoas possuem, ou seja, uma visão holística em que a humanidade e a natureza formam parte de uma unidade

total e indivisível. Nesse sentido, nos diz o autor que “a terra e as pessoas são complementares e estão unidas por um destino: garantir a harmonia do mundo que deve ser constantemente recriada, transcendendo o tempo e as pessoas” (Maldonado, 2009, p.30).

Também conectado a essas ideias, o participante Roberto, que é um dos fundadores da AAD, disse que tudo começou com uma preocupação em proteger as nascentes do Ribeirão Taquaruçu, o manancial que abastece a cidade de Palmas. “Eram poucas pessoas no início, mas víamos que tínhamos o mesmo propósito. Depois foram chegando mais pessoas e hoje somos um grupo de amigos. Nossas reuniões não são chatas como as de condomínio, são festivas! Sempre temos algo a compartilhar uns com os outros”, diz.

A partir dos sentidos subjetivos dos participantes Mário e Roberto, construímos interpretativamente indicadores que nos permitem elaborar a hipótese de que, em uma comunidade onde as pessoas vivenciam a experiência de viver em harmonia e integração humanidade/ambiente e a comunicação tem esta potência gerativa de afetos, os vínculos se estabelecem com mais naturalidade, promovendo o sentimento de pertencimento, tão necessário para o engajamento social.

Em outra experiência comunicacional interessante, a participante Marta se ofereceu voluntariamente para mobilizar os associados para as oficinas de Etnomapeamento e Elaboração de Roteiros Turísticos. Na ocasião, eu e o meu orientador, Professor Dr. André Demarchi, havíamos elaborado o conteúdo das oficinas, com carga horária e metodologia, que foi apresentado ao presidente da AAD e depois à Marta. Na proposta inicial, eu tinha uma sugestão de datas, local e horários para realizar as duas oficinas em dias diferentes. Contudo, alguns dias depois, após conversar com o grupo via aplicativo de mensagens, ela sugeriu mudanças, propondo fazer as duas oficinas no mesmo dia, na propriedade de um dos associados. Também me informou que no dia combinado haveria um momento de confraternização com café da manhã comunitário e que cada participante levaria uma bebida ou comida.

Alinhamos as agendas e concordamos com as propostas. Após mais alguns dias, Marta me passou uma lista de pessoas confirmadas, sendo que todas compareceram no dia das oficinas. A atitude surpreendente do grupo e sua capacidade mobilizadora me chamaram a atenção, então perguntei: “– Como você consegue organizar as pessoas assim?”; “– Colocamos as informações no grupo e damos nossa opinião. Depois deixamos que cada um se manifeste com críticas e sugestões. Aí vamos ajustando a proposta até ficar bom pra todo mundo, ou pelo menos pra maioria. Acho que o segredo é não levar nada pronto”, completa.

Com base nas experiências vivenciadas entre pesquisadora e participantes, a emergência do grupo social AAD como sujeito, uma das categorias da subjetividade, supõe a capacidade do grupo de não somente criar espaços de subjetivação que confrontam os espaços normativos em que atua, como também de propor mudanças criativas, ou de abrir uma via própria de subjetivação, que transcende o espaço social normativo, dentro do qual suas experiências acontecem (Mitjans Martínez; González Rey, 2017).

Nessa vertente de ideias, a AAD emerge como sujeito quando confronta a chegada de atividades que considera predatórias, mesmo as atividades legais, como é o caso do turismo de massa, discutido em audiência pública na região. Não só confronta e se contrapõe, como também cria novas possibilidades, novos caminhos, propondo a implantação do TBC como alternativa.

Esse assunto veio à tona durante a oficina de Elaboração de Roteiros Turísticos, momento em que os participantes elaboraram várias perguntas acerca das diferenças entre o TBC e o Turismo de Massa. Após minha explanação sobre os conceitos de TBC e suas principais diferenças em relação ao turismo de massa, Roberto pediu a palavra e acrescentou: “[...] Nós participamos de vários cursos e palestras sobre o turismo. Participamos de audiências públicas e vimos que muitos pintam o turismo como algo extraordinário, falam dos benefícios e tudo o mais, mas confesso que ainda temos muito receio de que este tipo de atividade venha trazer ainda mais problemas sociais e ambientais para o Taquaruçu Grande. Porém, o TBC parece muito adequado para nossa realidade, porque dessa forma somos nós que decidimos quando e como vamos abrir nossas casas para as pessoas entrarem”.

Com um olhar mais atento, percebemos a emergência do sujeito neste momento e também nas pequenas ações, como ocorrido durante a organização das oficinas junto à comunidade, que não aceitou simplesmente nossa programação, mas questionou, se contrapôs e apresentou nova proposta. Nessa aproximação, notamos o quanto a forma de comunicação (popular, horizontal, vinculativa) favorece o engajamento e a mobilização da comunidade, permitindo inclusive a legitimação de sua autonomia enquanto sujeito de suas ações.

Algumas matérias, veiculadas em *sites* locais de notícias (Anexo B), também contribuíram para nosso entendimento da atuação da AAD como um grupo social ativista. Por meio dessas matérias, percebemos o esforço da entidade para combater a ocupação desordenada do território, os impactos negativos do turismo de massa e do modo de produção focado apenas no lucro, desconectado da natureza. Pudemos então perceber que, além de promover um modelo de comunicação popular (de todos para todos), a entidade também

utiliza os meios de comunicação que estão a seu alcance para se impor no combate à vulnerabilidade, ou seja, às condições que prejudicam o modo de vida da comunidade.

É bom lembrar que adotamos aqui a definição de vulnerabilidade cujo campo semântico remete à noção de perda – ou risco de perda–, de exposição ou de variadas formas de violência (Leal, 2020). Nessa seara de ideias, não vinculamos o termo à conformação, inferiorização ou fragilização, visto que percebemos que a condição vulnerável promove uma nova experiência de existir diante das ameaças, fazendo surgir um campo de tensões, que vamos chamar aqui de “resistência” (Brum, 2021).

Assim, não obstante os desafios que tem enfrentado, a AAD ainda encontra algum espaço na mídia regional para difundir seus conteúdos, quase sempre contrários aos modelos de dominação, de controle, de produção e apropriação (por que não dizer de colonização?), que se instalam como poder hegemônico da sociedade do capital. Nessa luta, sabemos de que lado a grande mídia se posiciona, inclusive quem a mantém. Sabemos também do incômodo que as denúncias e as “contranarrativas” (Demarchi, 2020) produzidas pela entidade causam nos detentores do poder, sejam eles entes públicos ou privados.

Contudo, a AAD continua sua luta como uma OSC que se posiciona em defesa do território e utiliza a Comunicação Popular como uma importante ferramenta de mobilização e engajamento comunitário, buscando também espaço nos meios de comunicação de massa para ampliar sua voz combatente.

5 COMPLETANDO A ROTA

Ao chegar ao final de um passeio turístico, de uma trilha ou de uma experiência de imersão em uma comunidade, podemos dizer que completamos a rota planejada. Isso não quer dizer um adeus, mas quem sabe um até breve. Também não quer dizer que não tenhamos passado por adversidades, dificuldades, chateações e conflitos. Tudo isso faz parte da experiência também.

Ao chegar até aqui, posso dizer que não sou a mesma pessoa que ingressou no mestrado acadêmico há dois anos. Isso porque, em meio às dificuldades de adaptação relacionadas às atividades acadêmicas, como aulas *online* (2022 ainda era pandemia do Covid 19), troca de orientador, ruptura com modelos de pesquisa tradicionais, um emaranhado de dores da vida pessoal, como a doença grave e falecimento da minha mãe, aconteceram simultaneamente. Nesse sentido, contar com o apoio da minha família e estar cercada de pessoas que gostam do que fazem, como meu orientador, o professor Dr. André Demarchi e o meu coorientador, professor Dr. José Fernando Patiño Torres, me deu forças para seguir em frente. Além disso, estar implicada na pesquisa e “apaixonada” pelo tema foi de suma importância para que eu pudesse continuar essa jornada.

É bom esclarecer que este modelo de pesquisa exigiu muito esforço desta pesquisadora, pois não seria possível realizar este estudo apenas fazendo entrevistas semiestruturadas em algumas horas. Isso quer dizer que, nos últimos dois anos, eu estive no campo em mais de vinte ocasiões, para fazer trilhas, realizar oficinas, participar de eventos e reuniões. Foi um tempo de aprendizado, compartilhamentos e construção de conhecimentos e relações que vou levar pra vida.

O presente estudo se inseriu no vasto campo da Comunicação, com foco na subárea da Comunicação Popular, reconhecendo a interdisciplinaridade inerente a esse campo de estudo. Ao longo desta dissertação, buscamos entender as dinâmicas comunicativas envolvidas na proposta de implantação do Turismo de Base Comunitária (TBC) pela Associação Água Doce (AAD), situada no entorno do Parque Estadual do Lajeado (PEL), em Palmas, capital do estado do Tocantins.

Nossa abordagem não se limitou à mera análise técnica ou profissional da comunicação, mas buscou compreender as práticas comunicativas como agente de mobilização e engajamento comunitário. Inspirados pelas contribuições da Comunicação Popular, buscamos transcender o midiacentrismo e explorar as formas alternativas e

horizontais de comunicação que permeiam as relações sociais. Ficou evidente, ao longo do estudo, que a Comunicação Popular não se restringe ao âmbito midiático, mas abarca uma rede complexa de produção e de vinculação social, que inclui práticas como a transmissão de conhecimentos pela oralidade, os valores coletivos de pertencimento à comunidade e ao território e o modo de vida conectado à natureza. Essa concepção ampliada de comunicação, como uma ferramenta de promoção de relações horizontais e vínculos sociais, foi fundamental para nossa análise.

Subsidiados pelo arcabouço teórico-epistemológico-metodológico da plataforma científica de González Rey, ou seja, a Teoria da Subjetividade (TS) e Epistemologia Qualitativa (EQ), estabelecemos um diálogo profundo com a AAD e seus membros, e pudemos compreender a importância da comunidade, não apenas como um espaço geográfico delimitado, mas como uma rede de identidades, de ações conjuntas e de pertencimento.

Em suma, a jornada de pesquisa conduzida neste trabalho proporcionou a imersão na vida e nos valores da Associação Água Doce (AAD), bem como nas histórias e experiências individuais dos participantes. Através do enfoque metodológico Construtivo-Interpretativo, foi possível compreender as complexas interações entre a subjetividade individual e social, especialmente no contexto da implantação do Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma proposta associativa.

As narrativas dos participantes revelaram a conexão com o território e com suas histórias familiares, destacando a importância da preservação ambiental, da cultura e da transmissão de valores às gerações futuras. Essa relação entre ancestralidade, descendência e cuidado com o meio ambiente foi importante para compreender a identidade e os propósitos da AAD. Além disso, a pesquisa evidenciou a relevância da Comunicação Popular e Participativa como catalisadora do engajamento comunitário e da emergência do sujeito social. Através de práticas comunicacionais horizontais e vinculativas, a AAD conseguiu mobilizar seus membros em torno de causas ambientais e promover ações educativas tanto no âmbito formal quanto informal. Esse engajamento reflete não apenas os valores da associação, comotambém a importância de se repensar o conceito de "atrativo turístico" em contextos de implantação do TBC, o qual prioriza a harmonia entre humanidade e natureza e a integração comunitária.

Durante as oficinas, percebemos que os membros da AAD reconheceram no TBC uma alternativa mais harmoniosa e compatível com a realidade da comunidade, pois valoriza a autonomia local na decisão de como e quando abrir suas portas aos visitantes. Essa discussão

ilumina nossa reflexão acerca da inadequação do termo "atrativo turístico" quando aplicado a contextos de TBC, uma vez que tal nomenclatura não captura a essência das experiências comunitárias, que são baseadas em relações mais íntimas e respeitosas com o território e seus habitantes.

Também identificamos, em nosso estudo, que é notável a convergência entre os princípios da educação libertadora de Paulo Freire e a Comunicação Popular, manifestada entre os participantes da pesquisa e a AAD. Ambos os enfoques compartilham uma ênfase na conscientização crítica, no diálogo horizontal e na participação ativa da comunidade na construção do conhecimento e na transformação social. Assim como Paulo Freire defendia a importância de uma educação que promovesse a autonomia, a reflexão e a ação coletiva, a potência comunicacional da AAD busca capacitar os membros da comunidade a se tornarem agentes de mudança em suas próprias realidades. Ambos os movimentos reconhecem a importância da voz e da experiência das pessoas comuns, desafiando as estruturas de poder tradicionais e promovendo uma cultura de empoderamento e participação democrática.

Quanto à proposta de implantação do TBC pela AAD, compreendemos que ela está embasada em princípios de sustentabilidade e participação comunitária, e representa uma alternativa econômica e cultural importante para a região. No contexto do debate sobre o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais, a atuação da AAD, como ativista ambiental e defensora do TBC, ganha destaque, pois ao confrontar ameaças à integridade do território, como o turismo de massa e a especulação imobiliária, a associação emerge como um sujeito social, capaz não apenas de resistir, mas também de propor alternativas viáveis e criativas para o desenvolvimento local.

Nossa pesquisa, ao se inserir nesse contexto, buscou não apenas compreender, mas também contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas, oferecendo à comunidade duas oficinas, sendo uma de Etnomapeamento e outra de Elaboração de Roteiros Turísticos. Contudo, reconhecemos que ainda há lacunas a serem preenchidas. A escassez de estudos sobre Comunicação Popular no contexto do TBC, especialmente em nível regional, aponta para a necessidade de mais pesquisas nessa área. Além disso, a complexidade das relações sociais e comunicativas exige uma abordagem dialógica e participativa, que valorize as vozes e perspectivas dos envolvidos.

Por outro lado, a luta da AAD contra os modelos de dominação e exploração reflete a potencialidade da comunicação como uma ferramenta de resistência e transformação social. Diante disso, concluímos que a Comunicação Popular desempenha um papel fundamental na

consolidação de projetos como o TBC, promovendo não apenas a mobilização, mas também a vinculação social entre os membros da comunidade. Nossa pesquisa, ao destacar essa dimensão, espera contribuir para um maior entendimento e valorização das práticas comunicativas horizontais e contra-hegemônicas, que também chamamos de contranarrativas, e podem ser propulsoras de mudanças sociais positivas.

Por fim, acreditamos que este trabalho contribui tanto para a compreensão da subjetividade individual e social dos participantes quanto sugere um debate mais amplo sobre os desafios e oportunidades do desenvolvimento sustentável em contextos de comunidades tradicionais. Ao valorizar as vozes e as experiências da comunidade, espera-se que este estudo possa inspirar novas iniciativas e práticas que promovam uma relação mais harmoniosa entre seres humanos e meio ambiente, garantindo um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

GLOSSÁRIO⁵

Briefing: ato de dar informações e instruções concisas e objetivas sobre uma visita ou experiência turística.

Destino: lugar até onde as pessoas deslocam-se a fim de consumir um determinado produto turístico

Formatar: estruturar/organizar um destino, roteiro ou atrativo turístico para fins de promoção e comercialização do produto turístico.

Formatação de destino: realizar estudo, diagnóstico e levantamento de potencialidades para fins de estruturar/organizar um destino, roteiro ou atrativo turístico.

Guia: profissional que exerce as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

Guiada: ação em que o guia conduz um turista ou um grupo de turistas em um roteiro ou atrativo turístico.

Roteiro: itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística.

Trilha: caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possuam o objetivo de aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos.

⁵ BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. 44 p.

CURRÍCULO DOS GUIAS

Livro

BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. *E-book*.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó**: uma viagem à Amazônia, centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOUR, Bruno. **Diante de gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: UBU Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020. *E-book*.

LEAL, Bruno Souza. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Subjetividade**: teoria, epistemologia e método. Campinas: Alínea, 2017. *E-book*.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental/Editora 34, 2005.

Capítulo de livro

DEMARCHI, André. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. *In*: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (orgs.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 65-87. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/951>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DEMARCHI, André. Amazônia epistêmica. *In*: LEITE, Amanda *et al.* **Inspirações metodológicas em contextos amazônicos**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. (Olhares Transversais; v. 1). *E-book*. p.17-22. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Inspiracoes-metodologicas-em-contextos-amazonicos-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis; VALDÉS PUENTES, Roberto (orgs.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia: EDUFU, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/epistemologia-qualitativa-e-teoria-da-subjetividade-discussoes-sobre> Acesso em: 28 out. 2021.

GONZÁLEZ REY, Fernando. La subjetividade em psicología: su importancia para una psicología crítica. *In*: OSORIO, Jorge Mario Flores; BRAVO, Omar Alejandro (orgs.).

Caminando por las veredas de la psicología. Cali: Universidad ICESI, 2022. *E-book*. p. 29-46.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. *In*: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (orgs.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades.** Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. *E-book*. p. 31-47. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/951>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MALDONADO, Carlos. O Turismo Rural Comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. *E-book*. p. 25-44.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. A obra de Fernando González Rey: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen; VALDÉS PUENTES, Roberto (orgs.). **Teoria da subjetividade como perspectiva crítica: desenvolvimento, implicações e desafios atuais.** São Paulo: Alínea, 2022. *E-book Kindle*.

PAIVA, Raquel. Estratégias da Comunicação e Comunidade Gerativa. *In*: PERUZZO, CiciliaKrohling (org). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina.** São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PATIÑO TORRES, José Fernando. O diálogo a três vozes na obra de González Rey: ontologia, epistemologia e método. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen; VALDÉS PUENTES, Roberto (orgs.). **Teoria da subjetividade como perspectiva crítica: desenvolvimento, implicações e desafios atuais.** São Paulo: Alínea, 2022. *E-book Kindle*.

ROSSATO, Maristela. Contribuições da Epistemologia Qualitativa na mobilização de processos de desenvolvimento humano. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis; VALDÉS PUENTES, Roberto (orgs.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde.** Uberlândia: EDUFU, 2019. *E-book*. Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/ebook_epistemologia_qualitativa_2019.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A natureza da comunicação popular e comunitária. *In*: FUSER, Bruno (org). **Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses.** Rio de Janeiro: E-papers, 2008. *E-book*. p. 13-34.

Artigo de periódico

ARAUJO, Valmir Teixeira; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação Popular e Comunidades Quilombolas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 11, n. 29, p. 214-230, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2019.v11.n.29.p214-230>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ASSIS, Gisele Castro; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa. O turismo é uma dádiva?: uma “etnografia das trocas” e a oferta da experiência “chamada” Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 144-160, 2019. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1568>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. **Revista Contracampo**, [s. l.], n. 10/11, p. 219-236, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17381>. Acesso em: 10 out. 2022.

CALHOUN, Craig. Comunicação como ciência social (e mais). **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s. l.], v. 35, p. 277-310, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/H8wddhhvrCHqrcrWHMCTG5f/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, [s. l.], n. 5, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784>. Acesso em: 10 out. 2022.

GÓMEZ, Carla Regina Pasaet *al.* Turismo de base comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 13, n. 2015. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/13515/PS515_15.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

GRACIANO, Pollyanna Fraga; HOLANDA, Luciana Araújo de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 161-179, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1736>. Acesso em: 19 jun. 2022.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 167-185, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MAGNAGO, Clarissa Faverzani; CARIJO, Matheus Mortari; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. A constituição do cenário social da pesquisa: complexidade, singularidade e processualidade na epistemologia qualitativa. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 780-792, 2023. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/9650>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A ilusão teórica no campo da comunicação. **Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia**, [s. l.], n. 36, p. 111-117, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550192015.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

MILHOMENS, Lucas. Movimentos sociais e redes de mobilização na Amazônia: o caso da hidrelétrica de Belo Monte. **Entropia**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 174-187, 2021. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/349/372>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PAIVA, Raquel; MALERBA, João Paulo; CUSTÓDIO, Leonardo. "Comunidade gerativa" e "Comunidade de afeto": propostas conceituais para estudos comparativos de comunicação comunitária. *Animus*. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [s. l.], v. 12, n. 24, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/12423>. Acesso em: 7 nov. 2023.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. **Revista Famecos**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. ID24207, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24207>. Acesso em: 25 out. 2023.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v11i1.6980>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641243011.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Palavra Chave**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/649/64911214.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, São Paulo, n. 24, p. 139-152, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/508>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO; Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 4-24, abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5041/504152242002.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SIGNATES, Luiz. A Comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós**, Brasília, v. 21, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1387>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: a luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 16-16, 2020. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/25277>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SOUZA, Elias Caires de; PALATIÑO TORRES, José Fernando. A Teoria da Subjetividade e seus conceitos centrais. **Obutchénie: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, [s. l.], v.

3, n. 1, p. 34-57, 2019. DOI: 10.14393/OBv3n1.a2019-50574. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/50574>. Acesso em: 16 fev. 2024.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Comunicação comunitária: trajetórias e inovações. **Revista UNINTER de Comunicação**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 217-232, 2014. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/555>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Artigo de anais de conferência

DUNLEY, Glaucia Peixoto. Para além da mídia e do estigma: a comunicação comunitária. *In: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE*, 10., 2005. Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/107046089826118226896936269568100287181.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

KOSLINSKI, Aline Carla Salateski. Teorias da comunicação comunitária no Brasil. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL*, 27., 2016. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0779-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

LOPES, Andréa Carla; VIANA, Cristiano Alves; PATIÑO TORRES, José Fernando. O valor heurístico do diálogo para a pesquisa em comunicação: considerações e reflexões. *In: JORNADA INTERDISCIPLINAR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE*, 6., 2022, Palmas, TO. **Anais [...]**. Palmas, TO: UFT, 2022. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4470>. Acesso em: 15 out. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. A Comunicação comunitária e alternativa em pontos de cultura na capital de São Paulo. *In: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação*, 36., 2013, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: Intercom; UNB, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0258-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Intercom: UNB, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Pensando o conceito de turismo comunitário. *In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO*, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Anptur, 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/23.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

Teses e Dissertações

BARRETO, Simone Rodrigues. **Comunicação e educação popular no licenciamento ambiental: a vigília cidadã como instrumento de controle social e cidadania participativa**. 2022. 338 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2023/07/SIMONE-RODRIGUES-BARRETO.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972 - 2012**. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1496>. Acesso em: 15 out. 2022.

PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos Santos. **TBC no território quilombola Brejão dos negros/SE: uma proposta de desenvolvimento turístico local**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Instituto Federal do Sergipe, Aracaju, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/890>. Acesso em: 04 abr. 2023.

Referências consultadas pela Internet

ABRAÇO ao Taquaruçu neste sábado quer a preservação de nascentes ameaçadas pelo homem. **T1 Notícias**, Palmas, TO, 9 nov. 2018. 09:31. Evento. Disponível em: <https://www.t1noticias.com.br/cidades/abraco-ao-taquarucu-neste-sabado-quer-a-preservacao-de-nascentes-ameacadas-pelo-homem/99059/> Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

BUCAR, Ruy. Mesmo sem ainda virar distrito, audiência muda patamar de Taquaruçu Grande. **Jornal Opção**, [s. l.], 2 jul. 2023. 00:01. Tocantins. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/mesmo-ser-ainda-virar-distrito-audiencia-muda-patamar-de-taquarucu-grande-504203>. Acesso em: 26 jan. 2023.

DEGRADAÇÃO do Taquaruçu Grande inspira ação sobre preservação do manancial que abastece Palmas. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 21 mar. 2022. 13:13. Vida urbana. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/degrada%C3%A7%C3%A3o-no-taquaru%C3%A7u-grande-inspira-a%C3%A7%C3%A3o-sobre-preserva%C3%A7%C3%A3o-do-manancial-que-abastece-palmas-1.2423359>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TOCANTINS. **Lei Nº 1.224, de 11 de maio de 2001**. Cria o Parque Estadual do Lajeado. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas (TO), n. 1.039, maio 2001. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/7469.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TOCANTINS. **Lei nº 906, de 20 de maio de 1997.** Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Serra do Lajeado. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas (TO), n. 599, 1997. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/7163.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TOCANTINS. Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). **Serviços de consultoria:** contratação de consultoria para apoiar o Naturatins no fortalecimento da gestão das áreas de proteção ambiental a partir da instrumentalização da gestão territorial – Resumo Executivo. 2019. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/484166/>. Acesso em: 15 out. 2021.

TOCANTINS. **Parque estadual do Lajeado.** [200-]. Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/uc/50/>. Acesso em: 15 out. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidade de Conservação no Brasil:** Parque Estadual do Lajeado. [S. l.]: Instituto Socioambiental, [200-]. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/2966#ambiente>. Acesso em: 15 out. 2021.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

As entrevistas serão feitas com os membros da Associação Água Doce que quiserem participar da pesquisa. O primeiro contato será feito pelo presidente da entidade. Prevemos a participação de no mínimo 10 e no máximo 30 pessoas. Após a autorização dos associados, esta pesquisadora vai entrar em contato via telefone para agendar entrevista presencial ou por meio de aplicativo de mensagem.

1ª) Há quanto tempo você faz parte da Associação Água Doce?

2ª) Por qual motivo resolveu se filiar à Associação Água Doce?

3ª) Você trabalha ou tem interesse em trabalhar com atividades turísticas? Explique em qual segmento trabalha ou pretende trabalhar (hospedagem /alimentação /serviços /transporte/atividades artísticas etc).

4ª) De que forma você se comunica com a associação e como recebe informações da entidade?

5ª) Defina a Associação Água Doce em 3 palavras.

APÊNDICE B – Proposta de Oficinas

I – OFICINA DE ETNOMAPEAMENTO

A oficina de Etnomapeamento é inspirada em uma ferramenta de gestão ambiental, muito utilizada em terras indígenas para construção de mapas com locais importantes, seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, a identificação de impactos ambientais e outras informações relevantes sobre o território.

A oficina será ofertada gratuitamente aos associados da seguinte maneira:

Responsáveis: Andréa Carla Lopes Viana e professor Dr. André Luiz Campanha Demarchi

Carga horária: 4 horas

Data/horário: a definir

Local: a definir

Quantidade de pessoas: mínimo de 10 e máximo de 30 pessoas

Objetivo: Estimular os participantes a identificar no mapa geográfico do território que ocupam: as propriedades e os limites; os acessos (estradas, pontes e trilhas); as áreas degradadas; as matas, rios e nascentes que devem ser preservados e as áreas que possuem atrativos que podem ser explorados pelo turismo.

Conteúdo Programático

Parte teórica: Será explicado aos participantes os objetivos e a dinâmica do trabalho.

Parte prática: Será apresentado aos participantes um mapa geográfico, impresso em papel formato A0 com 84,1 x 118,9 centímetros. Os participantes serão convidados a identificar no mapa suas propriedades, os limites do parque, os acessos (estradas, pontes e trilhas); as áreas degradadas; as matas, rios e nascentes que devem ser preservados e as áreas que possuem atrativos que podem ser explorados pelo turismo. Ao final, será elaborada uma lista com todos os tipos de atrativos que os participantes decidirem ser viáveis para o turismo.

II – OFICINA DE ELABORAÇÃO DE ROTEIRO TURÍSTICO

Os roteiros turísticos são passeios organizados e planejados para atender determinada demanda. Eles podem ser feitos de forma específica (individual) ou geral (coletiva). Possuem características e procedimentos diferentes.

Em todas as formas de roteirização é importante considerar a oferta turística, já que o produto turístico, os serviços e a experiência turística são as principais motivações para a visita dos turistas naquela localidade.

A oficina de elaboração de roteiro turístico será ministrada gratuitamente, após a Oficina de Etnomapeamento e será ofertada aos associados da seguinte maneira:

Responsável: Andréa Carla Lopes Viana

Carga horária: 4 horas

Data/horário: a definir

Local: a definir

Quantidade de pessoas: mínimo de 10 e máximo de 30 pessoas

Objetivo: organizar a oferta turística definida pelos associados da Associação Água Doce em roteiros ou pacotes para serem divulgados e vendidos aos turistas ou agências de viagens.

Conteúdo Programático

Parte teórica: Conceituação, classificação e tipologia dos roteiros turísticos

Parte prática: Definir e listar a oferta turística local; classificar os produtos turísticos que forem definidos; agrupar os produtos turísticos de forma a criar experiências turísticas; definir preços de venda dos pacotes/roteiros.

ANEXO A – Matérias veiculadas em portais de notícia local

Movimentos sociais discutem problema de desmatamento nas nascentes do Ribeirão Taquaruçu Grande

Reunião realizada nesta sexta-feira, 21, na sede do Ministério Público Estadual (MPE), em Palmas, discutiu o problema de desmatamento em uma área que abrange nascentes do Ribeirão Taquaruçu Grande. Segundo representantes de movimentos sociais presentes no evento, as terras pertencem ao ex-deputado federal Pastor Amarildo, que teria dado declarações à imprensa local de que arrendaria as terras para plantação de grãos, entre eles soja. Essa possibilidade preocupa a todos, principalmente por causa da possibilidade de contaminação, por agrotóxicos, das águas que abastecem a Capital.

A presidente da Associação Água Doce, Noely Maria Stürmer, afirmou que o desmatamento também representa um sério risco para as nascentes "e que esta não é uma luta só da Associação, é uma questão da sociedade de Palmas. Há uma ameaça de contaminação de águas, plantas e animais. A soja já é plantada com veneno para evitar que cresça o mato junto", disse. Um documentário sobre o tema foi exibido no início da reunião.

Foto: Marcelo de Deus

Noely afirmou que o desmatamento também representa um sério risco para as nascentes

Fonte: Conexão Tocantins (2016). Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2016/10/21/movimentos-sociais-discutem-problema-de-desmatamento-nas-nascentes-do-ribeirao-taquarucu-grande>. Acesso em: 15 out. 2021.

Entidades lançam livreto e estimulam alunos de Palmas a preservar o Taquaruçu Grande, que garante 66% da água de Palmas

Por Redação — última atualização 21 mar, 2022 às 9:23

A erosão e o assoreamento, provocados pelo desmatamento, são os principais fatores de degradação do Ribeirão Taquaruçu Grande, responsável por 66% do abastecimento de água de Palmas. Essas informações fazem parte do livreto "Preservar a água é garantir a vida", que será lançado nesta terça-feira, 22, Dia Mundial da Água, às 10 horas, na Escola de Tempo Integral Fidêncio Bogo. A publicação, de 41 páginas, será entregue aos alunos do 6º ao 9º ano das escolas da Capital. A iniciativa é do Conselho Indigenista Missionário Goiás/Tocantins e da Associação Água Doce – Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande.

Redução drástica do volume de água

Segundo o pesquisador Altair Sales Barbosa, em média dez pequenos rios desaparecem a cada ano no Cerrado devido ao desmatamento, provocado principalmente pelo avanço da monocultura. Segundo ele, que é referência no tema, esses cursos d'água são alimentadores de rios maiores, com a redução do volume de água, a vazão diminui ao longo da bacia comprometendo todo o ecossistema e a biodiversidade. É o que se vê hoje na bacia do Taquaruçu Grande. A degradação tem provocado a redução da vazão de água do ribeirão ao longo dos anos.

A Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins – Saneatins registrou uma redução drástica na vazão de 66% em um período de quatro anos, de 2001 a 2005. Entre julho e setembro de 2001 a vazão média era de 1.756,63 litros por segundo; em 2005, no mesmo período, a vazão foi de 596,63 litros por segundo. Além do desmatamento, entre os fatores da diminuição do volume de água do ribeirão estão os cultivos dentro das áreas de preservação ambiental, banheiros privados sem

Fonte: Coluna do CT (2022). Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/entidades-lancam-livreto-e-estimulam-alunos-de-palmas-a-preservar-o-taquarucu-grande-que-garante-66-da-agua-de-palmas/>. Acesso em: 15 maio 2022.



Fonte: Governo do Tocantins (2020). Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-e-instituicoes-parceiras-promovem-acao-de-prevencao-a-incendio-florestal-na-regiao-do-taquaruçu-grande/4bvz4ewollnn>. Acesso em: 15 out. 2021.



Fonte: Gazeta do Cerrado (2021). Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/abraco-taquaruçu-ambientalistas-va-o-se-unir-em-defesa-das-nascentes-de-palmas/>. Acesso em: 15 out. 2021.

Programa Água Viva lança projeto

https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/programa-agua-viva-lanca-projeto-de-restauracao-de-trecho-do-ribeirao-taquarucu/28151/

Prefeitura de Palmas

Notícias

Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas

Ribeirão Taquarucu é um dos responsáveis por abastecer Palmas

Fotografia: Luciano Freire

Autor: Georgethe Pinheiro | Publicado em 02 de julho de 2021 às 17:36

Após as apresentações do projeto, os presentes participaram de um mutirão para retirar resíduos deixados por populares que frequentam a região

O Programa Água Viva, da Fundação Municipal de Meio Ambiente (FMA), levou uma ação de revitalização a um trecho do Ribeirão Taquarucu, no manhã deste sábado, 3. A intenção é prevenir erosão e assoreamento, preservando o curso d'água, que inclusive é um dos responsáveis pelo abastecimento de Palmas.

Notícias Relacionadas

FMA faz ação de logística reversa e recebe eletroeletrônicos recicláveis

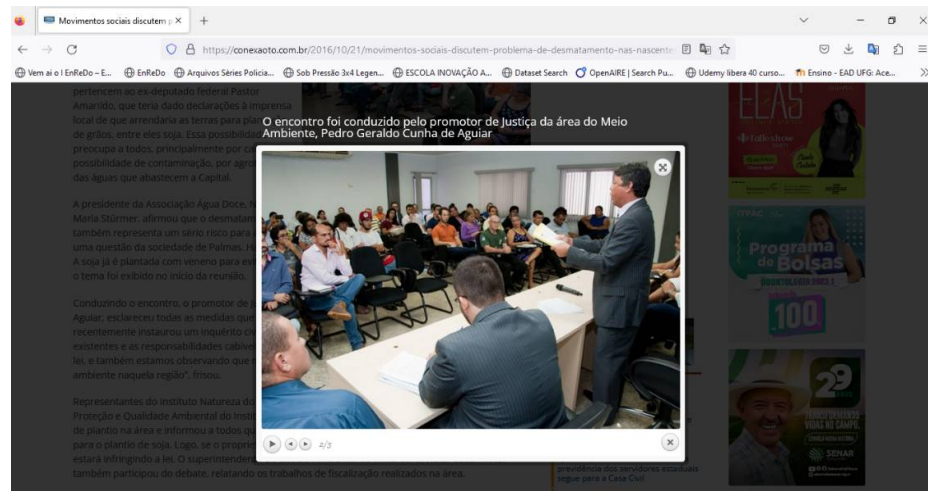
Publicado em 24/10/2022 às 17:47:00

Sensibilização contra queimadas visita 187 propriedades

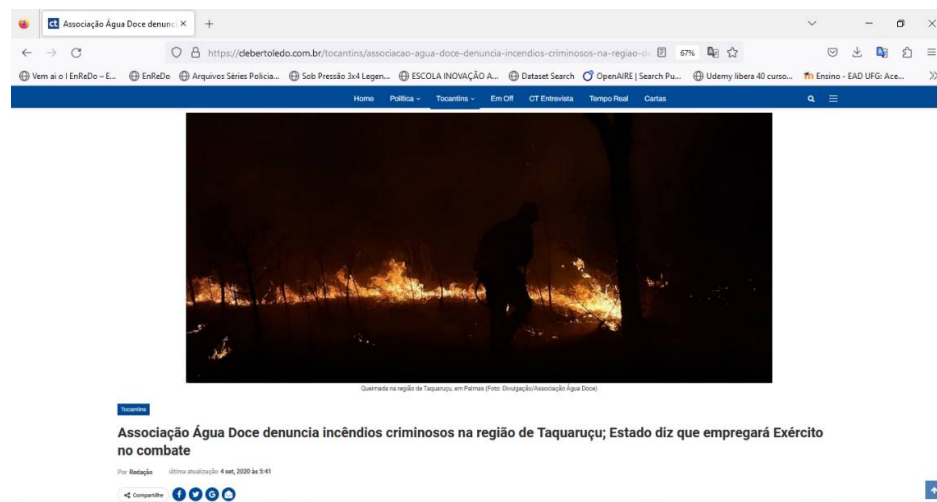
Publicado em 15/08/2022 às 17:30:00

Fonte: Prefeitura de Palmas (2021). Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/programa-agua-viva-lanca-projeto-de-restauracao-de-trecho-do-ribeirao-taquarucu/28151/>. Acesso em: 15 out. 2021.

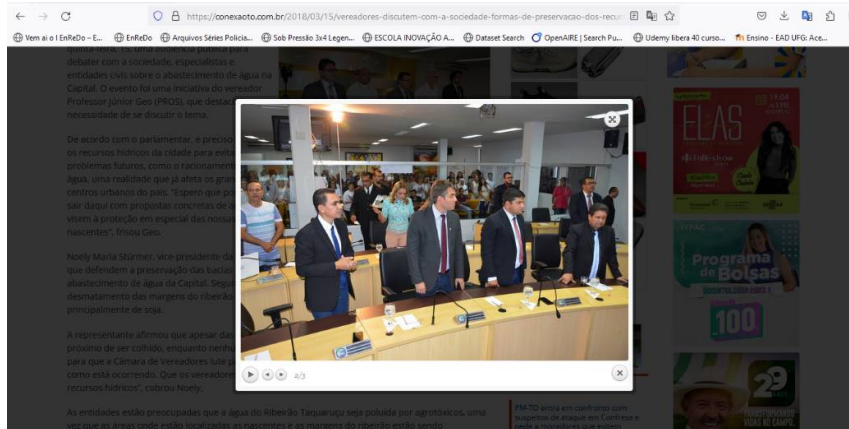
ANEXO B – Imprensa regional demonstra a atuação da AAD



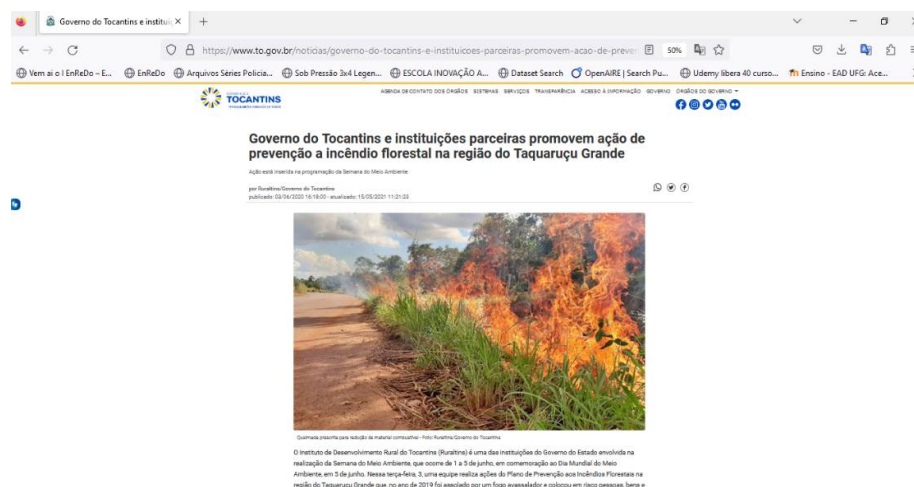
Fonte: Conexão Tocantins (2016). Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2016/10/21/movimentos-sociais-discutem-problema-de-desmatamento-nas-nascentes-do-ribeirao-taquarucu-grande>. Acesso em: 15 out. 2021.



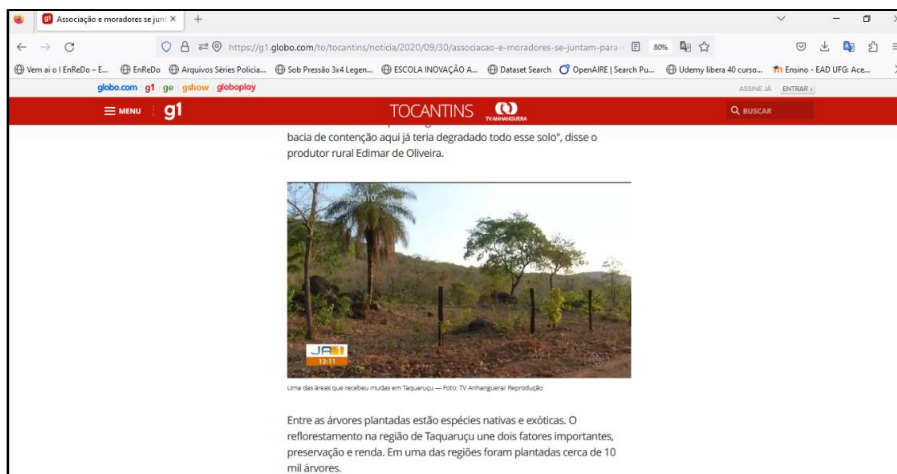
Fonte: Coluna do CT (2020). Disponível em: <https://clebtoledo.com.br/tocantins/associacao-agua-doce-denuncia-incendios-criminosos-na-regiao-de-taquarucu-estado-diz-que-empregara-exercito-no-combate/>. Acesso em: 15 abr. 2022.



Fonte: Conexão Tocantins (2018). Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2018/03/15/vereadores-discutem-com-a-sociedade-formas-de-preservacao-dos-recursos-hidricos-de-palmas>. Acesso em: 15 abr. 2022.



Fonte: Governo do Tocantins (2021). Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-e-instituicoes-parceiras-promovem-acao-de-prevencao-a-incendio-florestal-na-regiao-do-taquarucu-grande/4bvz4ewollnn>. Acesso em: 15 out. 2021.



Fonte: G1 Tocantins (2020). Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/09/30/associacao-e-moradores-se-juntam-para-recuperar-nascentes-e-areas-degradadas-em-taquarucu.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2022.

Educar para mudar

Buscando trazer toda essa realidade para o cotidiano dos estudantes, a publicação traz questionamentos simples como: onde brota a água que chega até a torneira da sua casa? A água que você consome é captada de algum rio e faz parte dos 2,5% da água doce do planeta. E ainda revela que a quantidade de água existente é a mesma, por isso é vital preservar.

Estudos da ONU revelam que se nada for feito, o mundo enfrentará um déficit hídrico global de 40% até o ano de 2030. A falta da água afetará diretamente a população, pois não teremos água para agricultura, a indústria e residências, para o comércio, a pesca e o lazer. Segundo os especialistas é preciso desenvolver ações de preservação da natureza diminuindo o desmatamento e a poluição, fazendo a gestão racional da água, procurando meios de evitar o desperdício e equilibrando com justiça o uso e o acesso a água.

A publicação é composta por seções, como o glossário, que trazem informações detalhadas para que os estudantes possam ter subsídio e sejam estimulados a aprofundar nos temas referentes à água e sua preservação. Para que percebam que a água faz parte do cotidiano, e que sem ela, não sobreviveremos. E a partir daí, os alunos possam promover ações de preservação do meio ambiente e da biodiversidade, como o uso racional da água e a diminuição da poluição.

Serviço: Lançamento da publicação "Preservar a água é garantir a vida", dentro da Semana da Água 2022

Quando: No dia 22 de março, Dia mundial da Água, às 10 horas

Local: Escola de Tempo Integral Fidêncio Bogo

Contato: Laudovina Pereira / 99956 9405

(Da assessoria de imprensa)

Fonte: Coluna do CT (2022). Disponível em: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/entidades-lancam-livro-e-estimulam-alunos-de-palmas-a-preservar-o-taquarucu-grande-que-garante-66-da-agua-de-palmas/>. Acesso em: 13 mar. 2023.